



## **19 DE ABRIL DE 2017**

### **Quarta-feira**

- **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**
- **NOVOS PROJETOS DE LEI**
- **NOVA POLÍTICA AUTOMOTIVA DEVE ABRIR MERCADO À CONCORRÊNCIA DE IMPORTADOS**
- **GOVERNO DÁ A LARGADA NA POLÍTICA ROTA 2030, QUE SUCEDERÁ O INOVAR-AUTO**
- **EXPORTAÇÕES CRESCEM 8,7% NA SEGUNDA SEMANA DE ABRIL**
- **FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ACABA COM SINDICATOS NÃO SÉRIOS, DIZ RELATOR**
- **ARTIGO: LUTA DE CLASSES NÃO É MAIS ENTRE BURGUESIA E PROLETARIADO**
- **INDÚSTRIA DA REGIÃO DO GRANDE ABC DEMITE 43 POR DIA**
- **ARTIGO: REFORMA É JUSTIÇA SOCIAL**
- **COMISSÃO DECIDE SEPARAR VOTAÇÃO DA REFORMA POLÍTICA EM TRÊS RELATÓRIOS PARCIAIS**
- **MODERNIZAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO E REFORMA DA PREVIDÊNCIA SÃO ESTRATÉGICAS PARA RETOMADA DO CRESCIMENTO**
- **GOVERNO SOFRE REVÉS E NÃO CONSEGUE ACELERAR REFORMA TRABALHISTA**
- **ATÉ PARTIDO DE TEMER TRAI GOVERNO EM REFORMA TRABALHISTA**
- **CÂMARA REJEITA TRAMITAÇÃO EM URGÊNCIA DE PROJETO DA REFORMA TRABALHISTA**
- **RELATOR DA PREVIDÊNCIA DIZ QUE BASE DO SENADO APOIARÁ PARECER DA CÂMARA**
- **ENTENDA A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA APRESENTADA PELO RELATOR**
- **RELATOR DA PREVIDÊNCIA DESISTE DE IDADE MÍNIMA DE 60 ANOS PARA POLICIAIS**
- **RODRIGO MAIA DIZ QUE REFORMA TRABALHISTA DEVE SER VOTADA NA PRÓXIMA SEMANA**
- **MUDANÇAS ACABARAM, DIZ MEIRELLES**

- MEIRELLES: REUNIÃO AUMENTOU CONFIANÇA NA APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- REFORMA NÃO SE FAZ DE UMA SÓ VEZ, DIZ GUSTAVO FRANCO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE MUDAR NO SENADO, DIZ PRESIDENTE DA CASA
- MAIA: REFORMA DA PREVIDÊNCIA COMEÇARÁ A SER VOTADA A PARTIR DE 8 DE MAIO
- FRENTE DE JUÍZES E MINISTÉRIO PÚBLICO DIVULGAM NOTA CONTRA PARECER DE MAIA
- MOREIRA FRANCO REÚNE PUBLICITÁRIOS E RELATOR DA PREVIDÊNCIA
- POLICIAIS QUE PROTESTAM CONTRA REFORMA TENTAM INVADIR SALÃO NEGRO DO CONGRESSO
- ABRACE COMEMORA RETIRADA DE PARCELA DA INDENIZAÇÃO A TRANSMISSORAS DA TARIFA
- HIDRELÉTRICAS SERÃO COMPENSADAS QUANDO ONS DETERMINAR GERAÇÃO MENOR
- COM PRODUÇÃO MENOR, PREÇO DO ETANOL FICA FORTALECIDO NESTE ANO
- MEIRELLES DIZ QUE PAÍS ENTRARÁ EM 2018 CRESCENDO A UM RITMO SUPERIOR A 3%
- BRASIL TEM OPORTUNIDADE ÚNICA DE REDUZIR META DA INFLAÇÃO PARA 4%, DIZ SETUBAL
- MEIRELLES DIZ QUE META DE INFLAÇÃO SERÁ DEFINIDA EM JUNHO PELO CMN
- BOA VISTA SCPC: COMÉRCIO CRESCE 2,5% EM MARÇO ANTE FEVEREIRO
- IVECO SE UNE À CAIO E LANÇA MICRO-ÔNIBUS ACESSÍVEL
- PÓSITRON LANÇA ALARME PARA CARRO COM BLUETOOTH
- CARRO AUTÔNOMO: CONSUMIDORES ESTÃO MAIS RECEOSOS
- RAMBOLL FOI CONTRATADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO BRASIL PARA SUPERVISIONAR REMEDIAÇÃO DOS PREJUÍZOS À BACIA DO RIO DOCE

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 19/04/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,139	3,139
<b>Euro</b>	3,360	3,361

**Fonte: BACEN**

# I Seminário Internacional de Saúde e Segurança do Trabalho

19/04/2017 – Fonte: TRT PR

Nos dias 26 e 27 de abril será realizado, em Curitiba, o Iº Seminário Internacional de Saúde e Segurança do Trabalho, uma promoção do Programa Trabalho Seguro do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

**ABRIL VERDE**  
TODOS JUNTOS PELA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL**

UMA AÇÃO DO PROGRAMA **TRABALHO SEGURO PR**

**SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

ORGANIZADORES: **TRT-PR**, **SESAZ**, **SESI**

**26/04**

**PROGRAMAÇÃO**

Noite  
**SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR E DIREITOS FUNDAMENTAIS**

- 19h00 Credenciamento
- 19h10 Abertura dos trabalhos
  - Celebração do termo de convênio entre Ministério Público do Trabalho no Paraná e Município de Curitiba, para o restabelecimento da futura sede do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST
  - Assinatura da declaração de apoio às atividades do programa Trabalho Seguro PR por instituições parceiras
- 19h30 Palestra com LAÍZ EDUARDO GUNTHER - Desembargador TRT-PR
- 20h10 Intervalo
- 20h30 Palestra com SIMTEO CARSONELLI - Professor e advogado
- 20h50 Encerramento

**27/04**

Manhã  
**TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO**

- 08h Palestra com ELIO SARTREZ - Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho - SISE / PR - Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho
- 09h Celebração do termo de convênio pela Superintendência do Trabalho e Emprego no Paraná
- 09h40 Palestra com ERNESTO BATISTA - Médico e advogado
- 10h20 Intervalo
- 10h40 Palestra com LUCIANO COELHO - Juiz do Trabalho TRT-PR
- 11h20 Palestra com SAUBIRIO NASSER EHEKE - Médico psiquiatra
- 12h Encerramento

Tarde  
**AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA SAÚDE NAS RELAÇÕES DO TRABALHO**

- 14h Palestra com MARTINHO MARTINS BOTELHO - Economista e advogado
- 14h40 Palestra com RODRIGO MEISTER DE ALMEIDA - Eng. Seg. Trabalho, advogado e consultor SESI
- 15h20 Intervalo
- 15h40 Palestra com GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA - Procurador-Chefe da MPF-PR
- 16h20 Conferência com SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA - Desembargador do TRT-ANG
- 17h Encerramento da evento

ENTIDADE BENEFICENTIA  
**REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER**

ARRECADADO DE BOLACHAS DURANTE O EVENTO  
Colabore com a Rede Feminina de Combate ao Câncer das bolachas para serem distribuídas aos pacientes e acompanhantes que aguardam consultas médicas.

AFIDEL: **MPT**, **TRT-PR**

## Novos Projetos de Lei

19/04/2017 – Fonte: FIEP

Departamento de Assuntos Legislativo nº 09 XIII. 13 de abril de 2017

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado.

### ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL  
INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA  
REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA  
DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS  
Regularização fundiária rural e urbana  
MPV 759/2016 do Poder Executivo

Dobra o prazo para a reconstituição da pluralidade de sócios  
PL 7210/2017 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Normatização única para licitações e contratos da administração pública  
PL 7228/2017 do deputado Lúcio Vale (PR/PA)

Modalidades de garantias para licitações e contratos da Administração Pública  
PL 7229/2017 do deputado Lúcio Vale (PR/PA)

Contratação de projetos e serviços de consultoria no âmbito das licitações  
PL 7230/2017 do deputado Lúcio Vale (PR/PA)

#### INTEGRAÇÃO NACIONAL

Renegociação de dívidas com recursos do FNO e FNE  
PL 7250/2017 do deputado Silas Freire (PR/PI)

Prorrogação do prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto de renda na SUDAM e SUDENE / Isenção de AFRMM para Norte e Nordeste  
PL 7281/2017 da deputada Gorete Pereira (PR/CE)

#### MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Altera a taxa de juros de correção das dívidas parceladas das microempresas e empresas de pequeno porte durante o processo de recuperação judicial  
PL 7209/2017 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

#### RELAÇÕES DE CONSUMO

Ampliação da pena em casos de crime contra relações de consumo  
PL 7188/2017 do deputado Fábio Sousa (PSDB/GO)

#### QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Garantias ao administrado em processos administrativos  
PLS 83/2017 do senador Roberto Muniz (PP/BA)

#### MEIO AMBIENTE

Início da cobrança pelo uso da infraestrutura de transposição do Rio São Francisco  
PLP 351/2017 do deputado Damião Feliciano (PDT/PB)

Obrigação de sistema de logística reversa para óleos e gorduras vegetais  
PLS 75/2017 do senador José Medeiros (PSD/MT)

Adoção obrigatória de sistema de logística reversa no caso de medicamentos e produtos para diagnósticos laboratoriais  
PL 7251/2017 do deputado Ronaldo Martins (PRB/CE)

Criação e a implantação de corredores de biodiversidade  
PL 7279/2017 do deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN/TO)

Estímulo   instituição da servidão ambiental  
PL 7305/2017 do deputado Cabuçu Borges (PMDB/AP)

Inclusão dos Planos de Segurança Hídrica na Política Nacional de Recursos Hídricos  
PLS 65/2017 da senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

#### LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

##### SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Instituição de benefício fiscal para operações com equipamentos de proteção individual ou coletiva  
PL 7223/2017 do deputado Jer nimo Goergen (PP/RS)

#### OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Inclusão das empresas com 50 a 99 empregados na obrigação do cumprimento da cota de pessoas com deficiência  
PL 7239/2017 da deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)  
Fixação de cota para mulheres em obras de construção civil

PL 7287/2017 do deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)

#### ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO

Extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical

PL 7171/2017 do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC/SP)

#### DURAÇÃO DO TRABALHO

Duração do trabalho

PEC 12/2017 do senador Thieres Pinto (PTB/RR)

#### TERCEIRIZAÇÃO

Garantia de mesma remuneração do trabalhador terceirizado e do empregado da empresa contratante

PL 7310/2017 do deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM)

Regulamentação da terceirização e do trabalho temporário nos setores público e privado

PL 7218/2017 do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA)

#### POLÍTICA SALARIAL

Política de valorização do salário mínimo

PL 7199/2017 do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ)

#### BENEFÍCIOS

Ampliação da licença maternidade

PLS 72/2017 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

Regulamentação das rescisões contratuais por adesão e reajustes das mensalidades dos planos coletivos

PLS 76/2017 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

#### FGTS

Prescrição quinquenal para FGTS

PL 7178/2017 da deputada Christiane de Souza Yared (PR/PR)

Inclusão das Santas Casas de Misericórdia dentre as hipóteses de aplicação dos recursos provenientes do FGTS

PL 7271/2017 do deputado Irajá Abreu (PSD/TO)

#### RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Proibição de diferença salarial por questões de gênero

PLS 59/2017 do senador Benedito de Lira (PP/AL)

Submissão de pessoa a condição análoga à escravidão como crime imprescritível

PEC 14/2017 do senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Férias dos empregados

PLS 91/2017 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

Ausência do trabalhador para acompanhar filho de até 18 anos em consulta médica

PLS 92/2017 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

Igualdade salarial e informações ao Ministério do Trabalho

PL 7234/2017 do deputado Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ)

Vedação à filmagem de trabalhadores

PL 7300/2017 do deputado Assis Melo (PCdoB/RS)

Dedução do IRPJ para empresas que patrocinarem projetos de reintegração no mercado de trabalho de dependentes químicos  
PL 7200/2017 do deputado Eros Biondini (PROS/MG)

Multa por atraso no pagamento do salário  
PL 7202/2017 do deputado Marcelo Delaroli (PR/RJ)

#### INFRAESTRUTURA

Ampliação das informações disponibilizadas pela prestadora de serviço de abastecimento de água  
PLS 66/2017 da senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Controle externo sobre a atividade das agências reguladoras federais  
PLS 73/2017 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

Incentivo à aquisição de sistemas fotovoltaicos para realização de micro e minigeração distribuída de energia elétrica  
PL 7255/2017 do deputado Zé Silva (SD/MG)

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB  
PLS 52/2017 do deputado José Serra (PSDB/SP)

#### SISTEMA TRIBUTÁRIO

CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS  
Instituição do Programa Tax Free  
PLP 353/2017 do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Revogação da desoneração da folha de pagamentos  
MPV 774/2017 do Poder Executivo

#### ALÍQUOTA VIGENTE ANTES DA MPV

##### VAREJISTA

##### OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Vedação de incidência de IPI sobre produto industrializado roubado ou danificado  
PLP 352/2017 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

#### INFRAESTRUTURA SOCIAL

##### EDUCAÇÃO

Estagiário como contribuinte individual da Previdência  
PLS 93/2017 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

##### Jornada de estagiários

PL 7291/2017 da deputada Luizianne Lins (PT/CE)

#### DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Prestação de auxílio financeiro aos Estados para fomento das exportações no Brasil  
PLS 38/2017 da senadora Lúcia Vânia (PSB/GO)

#### INTERESSE SETORIAL

##### INDÚSTRIA AEROESPACIAL E DE DEFESA

Ampliação dos beneficiários do Regime Especial para a Indústria Aeroespacial  
PL 7203/2017 da deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ)

#### INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Isenção do IPI e II e redução a zero de PIS/COFINS nas operações com automóveis acionados por energia elétrica  
PL 7262/2017 do deputado Altineu Côrtes (PMDB/RJ)

## INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Delegação do gerenciamento da operação urbana consorciada para entidade de propósito específico

PLS 57/2017 do deputado Airton Sandoval (PMDB/SP)

## INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Agravamento de pena para extração de recursos minerais sem autorização

PLS 63/2017 do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

## INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO

Recursos do FUST para a massificação de serviços prestados no regime privado

PL 7236/2017 do deputado Daniel Vilela (PMDB/GO)

Extinção do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

PL 7249/2017 do deputado Paulo Henrique Lustosa (PP/CE)

## AGROINDÚSTRIA

Aumento da multa em caso de infração aos produtos de origem animal

MPV 772/2017 do Poder Executivo

## INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Advertência em bulas de medicamentos destinada a atletas sobre lista de substâncias e métodos proibidos

PLS 43/2017 do senador Zeze Perrella (PMDB/MG)

## NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

### TRIBUTOS

Taxas e Tarifas

Proíbe o reajuste de tarifa de água acima da inflação sem prévia aprovação da Assembleia Legislativa

PL 119/2017 de autoria dos deputados Tercílio Turini (PPS) e Márcio Pacheco (PPL)

## INTERESSE SETORIAL

Mineração

Proíbe o uso, fabricação e comércio de produtos, materiais, elementos construtivos, equipamentos e artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto, asbesto ou outros minerais que acidentalmente tenham fibras de amianto na sua composição, no Estado do Paraná

PL 120/2017 de autoria do deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB)

## **Nova política automotiva deve abrir mercado à concorrência de importados**

19/04/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



Cinco meses após a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenar a política de incentivos fiscais praticada no Brasil e afirmar que o regime automotivo nacional infringe as leis de livre comércio, o governo federal decidiu flexibilizar as medidas de proteção à produção nacional e, assim, estimular a concorrência com produtos importados.

A intenção de rever os pontos do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) foi

confirmada ontem, 18, pelo secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Igor Calvet.

“Não podemos mais discriminar entre produtores nacionais e estrangeiros e, creio, a nova política automotiva brasileira não fará essa discriminação”, disse Calvet ao participar, em Brasília, do início das discussões das regras que substituirão o atual regime automotivo. Batizado de Rota 2030, o novo programa vai substituir o Inovar-Auto a partir de janeiro de 2018 e deve vigorar por 13 anos.

Segundo o secretário, embora tenha proporcionado avanços, o Inovar-Auto tem sido alvo de questionamentos pelo “protecionismo exacerbado”.

Para os críticos, os incentivos tributários concedidos à indústria nacional vêm impedindo a entrada de veículos importados no país, principalmente os produzidos por marcas chinesas.

“Essa visão excessivamente protecionista, de resguardar a todo o custo o mercado brasileiro, está sendo alterada. Abriremos essa discussão com os importadores e com os produtores nacionais, mas, a nosso ver, a competição dos veículos importados, a exposição dos produtores nacionais à competição, será saudável e importante para o fim do protecionismo exacerbado”, afirmou Calvet.

### **Regras de longo prazo**

Ao participar da reunião com representantes de outros órgãos do governo e do setor produtivo, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, destacou que o principal objetivo do novo regime automotivo é pensar o futuro do setor, “olhando para um horizonte maior”.

A expectativa é que, com regras claras e de longo prazo, estabelecidas a partir da discussão com os representantes da indústria e da análise das projeções mundiais para o setor, os investidores sintam-se mais seguros e, conseqüentemente, o produto nacional torne-se mais competitivo. No entanto, a mudança não implica necessariamente a redução dos preços dos automóveis no médio prazo, ressaltou Calvet.

“No Brasil, os preços dependem de uma série de variáveis, como as questões tributárias, as dificuldades logísticas, as questões trabalhistas.

O governo federal vem enfrentando essas questões, propondo reformas para melhorar o ambiente de negócios, o que poderá contribuir para baratear o custo de produção no país”, disse o secretário, que defendeu a manutenção de incentivos tributários para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor.

### **Desigualdade**

Crítico da cobrança de 30 pontos extras de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das montadoras que não têm fábrica no Brasil e que não tenham aderido ao programa Inovar-Auto – alíquota considerada irregular pela Organização Mundial do Comércio (OMC) – o presidente da Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa), Luiz Gandini, disse que a mudança nas regras pode acabar com a desigualdade de condições entre os fabricantes nacionais e estrangeiros.

“Essas novas discussões vão permitir ao país caminhar mais rápido, retomando o crescimento econômico. No nosso setor, o que precisamos é de previsibilidade. O IPI foi de 25% a 55%. O mesmo aconteceu com outros impostos. É impossível se planejar com essas mudanças.” (AB).



## **Governo dá a largada na política Rota 2030, que sucederá o Inovar-Auto**

19/04/2017 – Fonte: Automotive Business



Na terça-feira, 18, o governo federal convocou os líderes da Anfavea, do Sindipeças e da Abeifa - principais entidades representativas do setor automotivo - para dar a largada à **Rota 2030**, política automotiva que vai substituir o **Inovar-Auto**, programa desenvolvido e implementado durante a gestão de Dilma Rousseff que termina em dezembro deste ano. O novo programa vai atender à demanda da indústria por mais previsibilidade com conjunto de regras que têm validade por prazo mais longo.

Diante dos pedidos das entidades do setor, o governo definiu que a legislação terá abrangência de 15 anos, com três ciclos de desenvolvimento. "A ideia da Rota 2030 é planejar a política industrial para além dos ciclos políticos normais de quatro em quatro anos. As decisões empresariais, em geral, são tomadas em ciclos mais longos", destacou em comunicado o secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet. Ele reforçou ainda a alta relevância do setor automotivo para a economia brasileira, lembrando que o setor responde por 22% do PIB industrial.

Assim, ainda que as exigências mudem a cada etapa, a promessa é de que as regras serão claras desde o início diferentemente do Inovar-Auto, que começou em 2013, mas até hoje, perto do fim, tem detalhes indefinidos ou que ainda não foram regulamentados. Aparentemente favorável para o setor automotivo, o prazo é por enquanto o único aspecto claro da política Rota 2030. Todo o resto deve ser desenvolvido só a partir de agora por grupos de trabalho anunciados pelo governo e compõem o GAN 2030 (Grupo de Alto Nível 2030).

A ideia é reunir especialistas e membros do setor automotivo para debater os desafios que a indústria nacional precisa enfrentar para se manter relevante nos próximos 15 anos. Deste levantamento sairão recomendações para melhorar a competitividade da cadeia produtiva, aponta comunicado distribuído pelo Mdic, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. "A criação do GAN é o reconhecimento de que o governo não faz nada sozinho, é um esforço conjunto entre indústria e governo", aponta o ministro da pasta, Marcos Pereira.

### **META É BUSCAR INTEGRAÇÃO PRODUTIVA GLOBAL**

Serão seis times trabalhando nos assuntos mais importantes para o setor: reestruturação da cadeia de autopeças; P&D e engenharia - que inclui conectividade e manufatura avançada; eficiência energética e novas tecnologias de motorização; segurança veicular; fábricas de veículos premium ou com baixo volume de produção; e estrutura de custos para integração competitiva. Segundo o Mdic, todos os desafios serão debatidos pelo viés das novas tendências da mobilidade que ganham espaço globalmente.

O desafio é grande: fazer ofensiva global para garantir que o Brasil chegue a 2030 com nível tecnológico equivalente ao oferecido pela indústria de países maduros. As ambições incluem ainda a integração o Brasil como polo de produção e exportação na cadeia global de suprimentos, com competitividade para fazer os principais sistemas automotivos e capacidade para liderar o desenvolvimento de projetos globais.

A promessa é desenhar o programa nos próximos meses para anunciar em 30 de agosto como ele vai funcionar. Com a nova política o atual governo pretende virar a página do Inovar-Auto, que foi condenado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) por ser protecionista e duramente criticado por fechar o mercado interno no lugar de tornar as empresas locais mais competitivas para exportar e competir globalmente.

## **O QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO**

Procurada pela reportagem, a Anfavea preferiu não comentar o anúncio do governo. A entidade vem falando das negociações da nova política há algum tempo. No começo de março Antonio Megale, presidente da associação, afirmou devem ser elaboradas medidas para desenvolver localmente a Indústria 4.0, ou Internet Industrial, conceito que abrange conectividade, automação, uso de dados e de internet das coisas (IoT) para aumentar a eficiência das fábricas.

Além disso, tanto a Anfavea quanto o Sindipeças já abordaram a necessidade de o pacote de medidas incluir ações para apoiar a cadeia de autopeças, incentivo à engenharia, pesquisa e desenvolvimento, além de novas metas de eficiência energética. É certo também que vai cair o adicional de 30 pontos no IPI cobrados das empresas não cumprem as regras do atual Inovar-Auto.

Especula-se sobre a possibilidade de o IPI passar a ser proporcional à eficiência energética dos carros vendidos por cada marca no País. Dessa forma, as montadoras que oferecem veículos mais econômicos pagariam alíquota menor do que as empresas que trabalham com modelos mais beberrões.

### **Exportações crescem 8,7% na segunda semana de abril**

19/04/2017 – Fonte: MDIC

Na segunda semana de abril de 2017, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,829 bilhão, resultado de exportações no valor de US\$ 4,075 bilhões e importações de US\$ 2,246 bilhões. No mês, as exportações somam US\$ 8,760 bilhões e as importações, US\$ 5,338 bilhões, com saldo positivo de US\$ 3,422 bilhões. No acumulado do ano, as exportações totalizam US\$ 59,223 bilhões e as importações, US\$ 41,383 bilhões, com superávit de US\$ 17,840 bilhões.

#### **Semana**

A média das exportações da segunda semana deste mês (US\$ 1,019 bilhão) ficou 8,7% acima da média da primeira semana (US\$ 937,1 milhões), em razão do aumento nas exportações de produtos básicos (+21), por conta de petróleo em bruto, minério de cobre, farelo de soja, café em grão, minério de ferro) e semimanufaturados (+0,9%; celulose, óleo de soja, semimanufaturados de ferro/aço, ferro fundido bruto e ferro spiegel, madeira serrada ou fendida). Nas vendas externas de produtos manufaturados, houve queda (-4,8%) em razão, principalmente, de hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, veículos de carga, suco de laranja não congelado, torneiras, válvulas e partes, tubos flexíveis de ferro e aço.

Nas importações, pela média da segunda semana (US\$ 561,4 milhões), houve queda de 9,2%, sobre a média de compras externas da primeira semana (US\$ 618,5 milhões), explicada, principalmente, pela diminuição nos gastos com veículos automóveis e partes, equipamentos eletroeletrônicos, cereais e produtos da indústria de moagem, químicos orgânicos e inorgânicos e combustíveis e lubrificantes.

#### **Mês**

No mês, comparadas as médias até a segunda semana de abril deste ano (US\$ 973,3 milhões) com a de abril do ano passado (US\$ 768,6 milhões), foi verificado crescimento de 26,6%, em razão do aumento nas vendas das três categorias de

produtos: semimanufaturados (+32,5%; por conta de açúcar em bruto, celulose, óleo de soja em bruto, ouro em formas semimanufaturadas, produtos semimanufaturados de ferro e aço), manufaturados (+25,7%; automóveis de passageiros, veículos de carga, açúcar refinado, hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, aviões) e básicos (+25,6%; soja em grão, minério de ferro, petróleo em bruto, minério de cobre, carne suína). Em relação a março de 2017, houve crescimento de 11,5%, em virtude do aumento nas vendas das três categorias de produtos: semimanufaturados (+17,9%), básicos (+11,6%) e manufaturados (+8,5%)

Nas importações, a média diária até a segunda semana (US\$ 593,1 milhões), ficou 12,9% acima da média de abril de 2016 (US\$ 525,5 milhões). Cresceram os gastos, principalmente, com filamentos e fibras sintéticas (+55,2%), combustíveis e lubrificantes (+52,4%), borracha e obras (+37,6%), equipamentos eletroeletrônicos (+36,7%) e plásticos e obras (+26,6%). Ante março/2017, houve crescimento nas importações de 5,4%, pelos aumentos em aeronaves e peças (+50,5%), cobre e obras (+48,7%), combustíveis e lubrificantes (+36,5%), borracha e obras (+23,7%) e filamentos e fibras sintéticas (+18,6%).

### **Fim da contribuição sindical acaba com sindicatos não sérios, diz relator**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da reforma trabalhista, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), disse nesta terça-feira, 18, que não abrirá mão em seu parecer do fim da contribuição sindical e que a medida visa acabar com os sindicatos que não são sérios. Para o relator, a maioria dos sindicatos são “pelegos” mantidos graças ao recurso e os verdadeiramente representativos sobreviverão com a contribuição opcional.

“Existe o que eu chamo de sindicatos axilares, que são a maioria. Existem os sindicatos sérios, que representam, que promovem as negociações e representam seus associados. Mas a grande maioria é de sindicatos que não têm representatividade, que existem para receptionar recursos desse fundo que é dado de forma dadivosa, sem fiscalização e com o caráter de tributo”, declarou.

O relator admitiu que ouviu sugestões da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mas que teve “autonomia” no seu trabalho.

Marinho participou mais cedo de audiência pública promovida pelas comissões do Trabalho e Legislação Participativa da Câmara, onde sindicalistas e desembargadores da Justiça do Trabalho condenaram a proposta. O tucano afirmou que não negociará a retirada do fim da contribuição sindical do parecer e que, se parlamentares contrários quiserem, que apresentem um substitutivo ao texto no plenário promovendo alterações no projeto. “Meu posicionamento é de manter no relatório”, enfatizou.

Durante a audiência, o relator ouviu críticas ao seu parecer, foi chamado de “golpista” e “traidor” por sindicalistas, que compareceram em peso na reunião. O presidente da Comissão do Trabalho, deputado Orlando Silva (PCdoB), disse que a proposta é uma “crueldade” com os trabalhadores e um ataque ao movimento sindical por sugerir o fim da contribuição. “Na medida em que limitamos os recursos, nós estamos atacando um instrumento da democracia e enfraquecendo um instrumento dos trabalhadores”, discursou.

Em resposta, o relator alegou que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi feita por um ditador, que não atende mais à realidade do mercado de trabalho e que prestigia apenas “privilegiados com carteira formal”, grupo que, segundo ele, é minoria entre os trabalhadores. “A lei precisa se adequar ao espírito do tempo”, insistiu.

Em tese, a comissão especial que analisa a proposta poderia votar o texto em caráter terminativo, mas o comando da Casa decidiu fazer a votação também no plenário. Nesta terça, é esperada a votação do regime de urgência do projeto, o que o coloca na pauta de prioridades do plenário. O parecer de Marinho deve ser votado ainda nesta semana na comissão, ficando assim apto, em princípio, para votação no plenário na próxima semana.

Marinho disse que a reforma previdenciária teve mais destaque nos últimos tempos. "Como está chegando o momento da votação, o radar está se deslocando em direção da reforma do trabalho", afirmou. O relator disse não temer que seu parecer seja "desidratado", como vem acontecendo na reforma da Previdência. "Existem pontos que eu não retirarei do texto", avisou.

## **Artigo: Luta de classes não é mais entre burguesia e proletariado**

19/04/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Marcelo Camargo - 1º.mai.2011/Folhapress



Bandeira do Brasil é trocada em cerimônia na praça dos Três Poderes, em Brasília

A Fundação Perseu Abramo, fonte intelectual do Partido dos Trabalhadores e hoje sob a presidência do competente economista Marcio Pochmann, de quem se pode discordar, mas não ignorar, realizou uma pesquisa qualitativa importante "para compreender a formação da visão do mundo nas periferias de São Paulo".

Ouvii um pequeno número de ex-eleitores do PT (63) que nelas moram. O resultado levanta dúvidas se a "luta de classes" é mesmo entre a "burguesia" ("eles") e o "proletariado" ("nós"), que só terminará com a extinção definitiva "deles"...

Os ex-petistas substituíram a "burguesia" pelo que hoje veem como seu verdadeiro opressor: a alta burocracia estatal que se apropriou do Estado graças ao laxismo e oportunismo dos governos que se sucederam desde a Constituição de 1988. "Eles" conseguiram blindar-se de todos os inconvenientes que "nós", os trabalhadores privados, sofremos.

Enquanto "nós" na crise de 2016 ficamos desempregados e vimos o nosso salário real cair 1,3%, "eles", sem serem atingidos pela conjuntura, viram os seus aumentarem 1,5%. "Nós", os pacientes do INSS, temos uma taxa de recuperação dos salários na aposentadoria de 60% a 70%; "eles" insistem em manter 100%!

A grande surpresa foi constatar que, à custa de tanto sofrimento, o trabalhador do setor privado começa a desenvolver uma consciência de classe: o inimigo de hoje não é a tal "burguesia" que, tanto quanto ele (estão no mesmo barco), sustenta um gigantesco estamento estatal tão ineficiente quanto "rentista". Com seus direitos "mal" adquiridos, "eles" se apropriam do excedente produtivo que "nós" produzimos e que deveria ser destinado a investimentos em educação, saúde e infraestrutura, sem os quais não há (nem haverá) desenvolvimento inclusivo.

Afinal, parece que há mesmo uma luta de classes entre "nós", o setor privado, e "eles", a poderosa e organizada burocracia estatal!

A República, para realizar-se, precisa de um Estado forte, constitucionalmente constrangido, que garanta que todos são iguais perante a lei; que seja capaz de regular os "mercados", principalmente o financeiro; que crie instituições que produzam maior igualdade de oportunidades e supram a solidariedade aos menos favorecidos etc. Um Estado forte, enxuto e eficiente que cumpra o papel que só ele pode fazer: um harmonioso aumento e melhor distribuição do produzido por "nós".

Deixando de lado essa interpretação caricatural, ninguém deveria deixar de ler o documento. Ele lança luz sobre os verdadeiros valores individuais: "trabalho, família, religião que os tornam alguém".

(Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

### **Indústria da região do Grande ABC demite 43 por dia**

19/04/2017 – Fonte: Diário do Grande ABC



Apesar de a indústria do Grande ABC ainda sofrer com a crise e continuar eliminando postos de trabalho, o ritmo é 50% menor do que há um ano. No acumulado dos 12 meses terminados em março, o setor desligou 15.850 trabalhadores na região, o equivalente a 43 cortes por dia ou dois por hora. Um ano atrás, haviam sido contabilizadas 31,6 mil demissões no ano encerrado em março, o equivalente a 86 dispensas diárias.

Os dados são do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) e provêm de pesquisa realizada com as empresas associadas.

Outro dado que mostra a desaceleração na velocidade das dispensas no ramo industrial das sete cidades é o balanço do primeiro trimestre. Embora 1.900 pessoas tenham perdido o emprego no período, de janeiro a março de 2016 o número de cortes chegou a 6.150 – 4.250 a mais. Na comparação anual, o compasso é o mesmo: no mês passado foram fechadas 1.120 vagas, enquanto que em março do ano passado, 2.500.

É válido ressaltar, porém, que, no trimestre, o pior desempenho se concentrou em março, já que em fevereiro foram registradas 700 demissões. E, em janeiro, havia sido interrompida sequência de 23 cortes, com a contratação de 150 profissionais.

O resultado foi influenciado pelos desempenhos negativos de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-1,38%); veículos automotores e autopeças (-0,43%); metalurgia (-0,84%) e produtos alimentícios (-0,67%). São Bernardo foi a cidade que mais demitiu, com 1.000 dispensas.

Na avaliação do diretor regional do Ciesp de São Caetano, Vladimir Shiea, apesar do resultado do mês passado, o ano de 2017 indica sinais de retomada. "Está muito cedo para dizer, mas se o atual panorama do índice inflacionário e dos juros seguir como está, em trajetória de queda, as linhas de financiamento irão voltar e, como consequência disso, o investimento e as contratações também", afirma.

No mês passado, a inflação oficial do País, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), alcançou 0,25% – o mais baixo patamar para o mês desde 2012, quando a variação tinha sido de 0,21%. No primeiro trimestre do ano, registrou 0,96% – menor marca desde 1994 – e, no acumulado de 12 meses, 4,33%.

Há uma semana, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC (Banco Central) promoveu a quinta queda seguida da taxa Selic, que rege a economia brasileira, ao reduzir o percentual de 12,25% para 11,25%. Trata-se de patamar similar a setembro de 2014, quando a alíquota estava em 11%.

Apesar da perspectiva positiva para os próximos meses, Shiea mantém a cautela. “As melhoras não são exatamente algo positivo, mas já é alguma coisa. Os empresários e investidores não costumam investir no setor produtivo de um dia para outro, e a efetiva melhora deve ocorrer só em 2018”.

### **Artigo: Reforma é justiça social**

19/04/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Não podemos deixar que os mais de 60% dos contribuintes da Previdência, justamente os que ganham menos, continuem financiando privilégios de uma minoria***



Felipe Lima

A proposta de reforma da Previdência que enviamos para o Congresso Nacional tem dois objetivos centrais. É imperioso adaptar a Previdência à nossa realidade demográfica. A cada ano, o número de idosos aumenta, enquanto diminui o número de jovens. A consequência disso é simples: estamos caminhando para ter mais beneficiários que contribuintes na Previdência. A reforma faz com que o sistema previdenciário se torne financeiramente sustentável.

O outro ponto é uma questão de justiça social. Não podemos deixar que os mais de 60% dos contribuintes da Previdência, justamente os que ganham menos, continuem financiando privilégios de uma minoria. É preciso acabar com os privilégios.

Estamos fazendo uma reforma que trará mais igualdade para todos. A Previdência será mais justa com os mais pobres e mais rígida com os mais ricos.

A Previdência será mais justa com os mais pobres e mais rígida com os mais ricos

Há críticos da reforma, por discordância política ou por desconhecimento da realidade.

A afirmação de que não há déficit é completamente falsa. Dizer que aposentados terão direitos suprimidos é igualmente falso. Não tocaremos em direitos adquiridos: quem

já se aposentou ou quem já tem direito a aposentar-se não verá nada mudar com a reforma proposta. O que muda é que, com a reforma, nossos aposentados terão assegurados direitos que, sem ela, seriam corroídos pela insolvência do sistema.

Cabe destacar a contribuição que os parlamentares estão dando para a reforma. O relator, o presidente da comissão e os líderes partidários estão ouvindo as bancadas e estamos acolhendo suas sugestões. O que vem do Congresso, da Câmara, é para aprimorar e para estar em consonância com as aspirações populares.

O mais importante é que, com a sensibilidade adquirida no contato com suas bases, os parlamentares, em suas adequações, atendem, como é a nossa intenção, precisamente aqueles mais vulneráveis. E também defendem o fim dos privilégios, fazendo com que todos os que recebem valores salariais ou vencimentos, ou subsídios, tenham o mesmo padrão para efeito de aposentadoria. Não haverá mais diferenciação entre as várias categorias. É uma demonstração de seriedade, de compromisso com o povo e com o país.

O que estamos fazendo é em favor do futuro, para garantir a hígidez das contas públicas, para garantir que os aposentados atuais continuem a receber suas pensões e, especialmente, para a continuidade dos programas sociais que nós patrocinamos e para que aqueles mais jovens, no futuro, possam também desfrutar de uma adequada pensão previdenciária.

(Michel Temer é presidente da República).

### **Comissão decide separar votação da reforma política em três relatórios parciais**

19/04/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

Só ao final dessa análise seria discutida uma proposta de emenda à Constituição com mudanças mais rígidas no sistema político-eleitoral

Luis Macedo/Câmara dos Deputados



A comissão deverá votar o primeiro relatório na quinta-feira

A Comissão Especial da Reforma Política decidiu, nesta terça-feira (18), fatiar a votação das propostas de mudanças eleitorais em três relatórios parciais.

Na quinta-feira (20), o colegiado vai começar a analisar o primeiro deles, que traz um projeto de resolução sobre o rito de tramitação das propostas de iniciativa popular e um projeto de lei sobre o marco legal da democracia direta.

Os deputados terão uma semana para apresentar sugestões e emendas. Dos outros dois relatórios parciais, constam um projeto de lei complementar sobre prazos de desincompatibilização eleitoral e um projeto de lei com regras, por exemplo, sobre registro de candidaturas e convenções partidárias.

Por fim, será analisada, em separado, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com mudanças mais rígidas no sistema político-eleitoral, como a adoção de listas fechadas por duas eleições, e depois o sistema distrital misto. O presidente da

comissão, deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), quer fazer ao menos uma votação por semana, ao longo de maio.

"Há muitas propostas que dependem da outra. Então, nós jamais colocaríamos em votação, por exemplo, financiamento de campanha antes de decidir qual será o sistema político. É apenas para começarmos a apresentar resultados".

### **Plenário**

Com esse cronograma, o relator da comissão, deputado Vicente Candido (PT-SP), acredita que vários pontos da reforma política já poderão ser votados no Plenário da Câmara em julho. Para valer nas eleições de 2018, as mudanças precisam estar definitivamente aprovadas no Congresso até o início de outubro.

A reunião desta terça ocorreu em meio a debates sobre os reflexos das investigações das delações de executivos da Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato. Para Vicente Candido, não há embaraço nos trabalhos da comissão, mesmo que os nomes do presidente e do relator constem da lista da lista investigados.

"Sem nenhum constrangimento. Vou me defender juridicamente. Seria uma irresponsabilidade muito grande deixar as eleições de 2018 ocorrerem sob as atuais regras. Nós temos de mudar, sem medo e com ousadia."

Já a deputada Luiza Erundina (Psol-SP) questionou a legitimidade da comissão e cobrou a reabertura de debates com a sociedade civil e os movimentos populares.

Marcus Pestana (PSDB-MG) também citou a crise para justificar o que chamou de "necessidade de reinvenção da democracia". Segundo Pestana, a reforma política, no momento, deveria se resumir apenas ao sistema de votação e ao financiamento das campanhas eleitorais, com foco nas eleições de 2018.

### **Plebiscito**

Henrique Fontana (PT-RS) defendeu a eleição de um Assembleia Constituinte exclusiva, em 2018, para tratar especificamente da reforma política.

Alessandro Molon (Rede-RJ) argumentou que, após a autorização do Supremo Tribunal Federal para a investigação de políticos, a comissão não poderia retomar os trabalhos "como se nada tivesse acontecido". Segundo ele, é preciso garantir a transparência para que não haja dúvidas sobre as reais pretensões do Congresso".

Já Celso Pansera (PMDB-RJ) anunciou que, ainda nesta semana, deve concluir a coleta de assinatura em apoio a seu projeto de decreto legislativo para um plebiscito sobre voto obrigatório ou facultativo.

A consulta seria realizada juntamente com as eleições de 2018, "como experiência de democracia direta". Pansera quer que o projeto se transforme em proposta da comissão especial.

### **PEC do Senado**

Vários deputados pediram que a comissão passe a analisar o mérito da PEC [282/16](#), do Senado, que também trata de reforma político-eleitoral e ainda está com a análise de admissibilidade em curso na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

No entanto, Lúcio Vieira Lima informou que o presidente da Casa, Rodrigo Maia, já teria adiantado a intenção de criar uma comissão específica para a PEC do Senado.



## **Modernização das leis do trabalho e reforma da Previdência são estratégicas para retomada do crescimento**

19/04/2017 – Fonte: CNI

### **Reunião conjunta dos conselhos de Relações do Trabalho e de Assuntos Legislativos da CNI analisou o impacto positivo das propostas no ambiente de negócios e para o reequilíbrio da economia**



As reformas estruturais em discussão no Congresso Nacional, como a das leis do trabalho e a da Previdência, são as prioridades da indústria brasileira, no curto prazo. Em reunião dos conselhos de Assuntos Legislativos (CAL) e de Relações do Trabalho (CRT) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta terça-feira (18), as propostas foram analisadas e avaliadas como estratégicas para a melhora do ambiente de negócios, da confiança do setor produtivo e para a retomada do crescimento sustentado da economia.

A proposta que moderniza as relações do trabalho (Projeto de Lei nº 6.787/2016) representa um significativo avanço em potencial para o país, principalmente por valorizar a negociação coletiva e prestigiar empresas e trabalhadores, por meio dos sindicatos, a dialogar e encontrar soluções pactuadas para seu dia a dia, como prevê a Constituição. A proposta foi incluída na Pauta Mínima da Agenda Legislativa da Indústria de 2017, lançada em 28 de março, e figura entre os temas prioritários para este ano.

O presidente do CRT, Alexandre Furlan, destacou também a regulamentação da terceirização, sancionada no fim de março, após tramitar no Congresso Nacional desde 1998. Para ele, a norma deixa claro que as empresas podem terceirizar qualquer atividade e traz proteções adicionais ao trabalhador, sem reduzir ou excluir qualquer direito. “Este era um dos fatores de grande insegurança jurídica no Brasil. Temos um marco legal após 19 anos de debates”, disse.

Membro do CAL e presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel destacou o impacto da aprovação das reformas e da regulamentação da terceirização para a melhora da competitividade das empresas de todos os setores. Ele acrescentou que o empenho do setor produtivo no apoio às propostas e na construção de um debate qualificado, que contribua para a aprovação de propostas equilibradas e benéficas para país.

**PREVIDÊNCIA** – A reforma dos sistema previdenciário brasileiro, em discussão na Câmara dos Deputados, também foi destacada nos debates. Na avaliação dos conselheiros, a mudança na Previdência Social é importante para assegurar a sustentabilidade do sistema de pensões e o pagamento dos benefícios para gerações futuras.

Além disso, o déficit da Previdência, que foi de R\$ 149,7 bilhões, é o principal componente do déficit público e representa uma ameaça ao equilíbrio da economia brasileira.

## **Governo sofre revés e não consegue acelerar reforma trabalhista**

19/04/2017 – Fonte: Bem Paraná

O governo de Michel Temer sofreu uma importante derrota nesta terça-feira (18) ao não conseguir aprovar no plenário da Câmara dos Deputados a aceleração da tramitação da reforma trabalhista. Apenas 230 deputados votaram com o governo, com 163 contra. Era preciso o voto de pelo menos 257 dos 513 deputados para que a reforma tramitasse em regime de urgência.

O placar revelou uma relevante traição na base de apoio de Temer. A derrota é simbólica porque o Palácio do Planalto queria usar a aprovação da reforma trabalhista como exemplo de que tem votos suficientes para aprovar a outra prioridade legislativa de Temer em 2017, a reforma da Previdência. Por ser emenda à Constituição, ela precisa de mais votos ainda (60% dos deputados).

Com a rejeição da tramitação em regime de urgência, a reforma só deve ser votada na comissão especial da Câmara em cerca de duas semanas. O governo queria aprová-la na comissão e no plenário já na semana que vem. A derrota deve atrasar a tramitação também da reforma da Previdência. O texto muda vários pontos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e traz, entre os principais pontos, a prevalência de negociações entre patrões e empregados sobre a legislação e o fim da contribuição sindical obrigatória.

### **'DESGRAÇA'**

A oposição protestou durante toda a sessão, afirmando que a base de apoio de Temer quer precarizar os direitos trabalhistas. Deputados portaram cartazes com referências às delações da empreiteira Odebrecht e afirmando que a aprovação do requerimento é um golpe contra os trabalhadores.

O ápice do protesto aconteceu quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se levantou momentaneamente de sua cadeira. A ex-prefeita de São Paulo Luiza Erundina (PSOL-SP), que é da oposição, se sentou rapidamente no lugar de Maia e anunciou ao microfone: "Passo a palavra ao deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que é o relator dessa desgraça."

Maia retomou a presidência logo depois. "Alcançamos uma vitória talvez inimaginável, não imaginávamos que fossemos conquistar essa vitória. Mostramos que não aceitávamos retirar direitos dos trabalhadores para retirar o foco da corrupção, a base do governo ficou nervosa, se desesperou e foi derrotada. Se a reforma trabalhista não alcança maioria absoluta, imagina a reforma da Previdência", afirmou Alessandro Molon (Rede-RJ).

"Era necessário que aguardasse que mais deputados votassem. Os deputados que tomaram de assalto a bancada podem ter tido alguma influência", disse o relator Rogério Marinho, se referindo ao protesto comandado por Erundina, entre outros.

## **Até partido de Temer trai governo em reforma trabalhista**

19/04/2017 – Fonte: Bem Paraná

Quase todos os partidos da base de sustentação do presidente Michel Temer registraram traições ao governo na votação do requerimento de urgência para votação da reforma trabalhista, na noite desta terça-feira (18). Até mesmo o PMDB, partido de Temer, traiu na Câmara, provocando uma imensa dor de cabeça para o Palácio do Planalto, que esperava aprovar a urgência com um mínimo de 308 votos.

A intenção era utilizar a votação desta terça como vitrine e sinalizar ao mercado financeiro que a base aliada estava unida e que havia votos suficientes para aprovar

o que governistas chamam de "mãe das reformas", a reforma da Previdência. Esta precisa de ao menos 308 votos, pois é uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Não adiantou nem mesmo o empenho pessoal de Temer, que fez pessoalmente apelo aos deputados. A urgência foi derrotada pois obteve apenas 230 votos a favor, quando eram necessários 257.

No PMDB, partido de Temer e maior legenda da base, oito dos 48 deputados votantes foram contra a urgência. No PSDB, principal aliado do governo, dois foram contrários e um deputado, Izaque Silva (SP), se absteve. Os principais traidores foram o PSB e o PR.

No primeiro, os votos "não" superaram os "sim": 19 a 12. No segundo, foram 16 votos a favor, mas nove contra. A maioria dos votos "não" do Solidariedade já era esperada, pois o partido é ligado à Força Sindical, que tem protestado contra o fim da obrigatoriedade do imposto sindical. Foram nove votos contrários, ante quatro favoráveis. O DEM foi a única legenda governista que não traiu. Foram 23 votos a favor. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não vota.

### **Câmara rejeita tramitação em urgência de projeto da reforma trabalhista**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O plenário da Câmara dos Deputados derrotou nesta noite de terça-feira, 18, o governo ao rejeitar um requerimento assinado por 13 líderes partidários pedindo regime de urgência para apreciação do projeto da reforma trabalhista. A manobra daria celeridade à tramitação da proposta, mas não alcançou o número necessário para ser aprovada. Foram 230 votos a favor, 163 contrários e uma abstenção.

A votação foi comemorada pela oposição, que se articulou e aproveitou que menos de 400 deputados estavam presentes na sessão. "Com a Previdência também será assim", avisou o deputado Paulo Pimenta (PT-RS). "O governo Temer registrou uma grande derrota", celebrou Afonso Florence (PT-BA).

A sessão foi marcada por protestos da oposição, uma vez que a medida interromperia o prazo de apresentação de emendas na comissão especial e as propostas de alteração no projeto só poderiam ser apresentadas na votação em plenário. O líder do PT, deputado Carlos Zarattini (SP), pediu a suspensão da votação por considerar que a não apresentação de emendas na comissão seria "desrespeitosa" com os membros do colegiado. "Consideramos que está se tolhendo a tramitação normal do projeto", criticou. "Votar a urgência hoje é um atropelo", concordou o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP).

Questões de ordem da oposição questionando a votação da urgência foram ignoradas pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), até o início da noite, quando ele percebeu o risco de derrota para o governo. Diante da pressão da oposição, Maia propôs um acordo para manutenção do prazo de emendamento do texto substitutivo na comissão especial até amanhã (19).

Pela regra interna, as emendas nas comissões podem ser apresentadas por qualquer membro do colegiado. Até o momento foram apresentadas 882 emendas, sendo metade delas acatadas pelo relator Rogério Marinho (PSDB-RN). Para apresentar uma emenda em plenário, será preciso reunir o apoio de 103 deputados ou de líderes que representem esse número de parlamentares. "Essa manobra que está acontecendo aqui é absurda. Não há legitimidade para votação dessa matéria", atacou o líder do PSOL, Glauber Braga (RJ).

Dando como certo que sairia vitorioso minutos antes do encerramento da votação, o relator Rogério Marinho (PSDB-RN) contou que amanhã haveria uma reunião com os opositoristas para discutir procedimentos de votação. O objetivo era impedir que a

oposição obstruísse os trabalhos, uma vez que a urgência aprovada abria brecha para votação direto no plenário.

Assim que a tramitação do projeto for concluída na comissão, a proposta seguirá ao plenário. O relator espera que a votação no colegiado aconteça na terça-feira (25). O presidente da Câmara disse nesta tarde de terça-feira que o projeto poderia ser votado no plenário na próxima semana mas, sem a urgência aprovada, ainda não há data para o tema entrar na pauta.

### **Relator da Previdência diz que base do Senado apoiará parecer da Câmara**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da reforma da previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), afirmou nesta terça-feira, 18, que a reunião entre ele, o presidente Michel Temer e os senadores da base aliada, que ocorreu de manhã no Planalto, afastou uma eventual preocupação de que seu texto pudesse sofrer alterações no Senado. Segundo ele, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, garantiu que vai se posicionar a favor de seu texto, destacando “o compromisso do Senado com esse relatório”, disse.

Maia afirmou que a base do Senado mostrou-se satisfeita com as recentes mudanças no texto. “A base do governo, do mesmo jeito na Câmara, apoiará no Senado”, afirmou. “Vimos na mídia que existia a preocupação por parte dos deputados de que o relatório aprovado na Câmara pudesse não ser aprovado no Senado ou sofresse alterações que desfigurassem a PEC, mas tivemos uma reunião extremamente positiva”, reforçou.

O relator ressaltou ainda não ter dúvidas de que o texto da reforma “tem honra e mérito” para serem defendidos nas duas Casas.

#### **Estratégia**

Focado em aprovar a reforma da Previdência, o presidente Michel Temer recebeu senadores no Planalto após o café da manhã no Alvorada, quando foi lido o texto do relator. A ideia do governo é justamente “antecipar” a participação dos senadores na costura final da reforma e evitar resistências no andamento da PEC.

#### **Acúmulo de benefícios**

Oliveira Maia afirmou que a ideia de permitir o acúmulo de benefícios além do limite de dois salários mínimos por um período determinado de tempo foi abandonada devido ao temor de possível judicialização. Mesmo assim, a permissão para que haja o acúmulo de aposentadoria e pensão até esse patamar de dois salários mínimos foi o ponto “mais caro” entre as flexibilizações, disse o relator.

“Segundo Marcelo Caetano, secretário de Previdência, a possibilidade de acúmulo de benefícios até dois salários mínimos é o ponto que saiu mais caro das mudanças”, afirmou o relator em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

O relator disse ainda que desistiu de permitir aos deputados, para receber aposentadoria acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.531,31), o acesso ao Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos (Funpresp). Com isso, eles poderiam pagar uma contribuição de até 8,5% do valor do salário que ultrapassa o teto e a União pagaria uma contribuição de igual valor.

Outra mudança no relatório, segundo Oliveira Maia, será em relação ao “gatilho” que elevaria a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres em um ano sempre que a expectativa de sobrevida avançasse em igual proporção.

“A PEC autoriza que uma lei defina que, a cada momento em que houver aumento da sobrevida das pessoas, que haja aumento também na idade mínima da aposentadoria.

Agora, é a própria lei que vai dizer a regra”, explicou. Dessa forma, no momento de promulgação da PEC, o gatilho ainda não estará em vigor.

### Perdas com mudanças

O relator afirmou que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, calculou o impacto das mudanças recentes no texto em R\$ 170 bilhões em dez anos. Segundo o relator, a economia estava prevista em R\$ 800 bilhões e agora será de R\$ 630 bilhões. “Dá algo em torno de 20% de perda”, disse o relator.

Inicialmente, quando foram divulgados os cinco pontos que seriam flexibilizados, Meirelles havia dito que a perda ficaria entre 15% e 20%. A lista de mudanças, no entanto, acabou sendo maior do que os cinco pontos, incluindo até mesmo a redução da idade mínima para mulheres, de 65 anos para 62 anos.

“Isso já estava totalmente acertado na nossa cabeça”, rebateu Oliveira Maia. “O ministro ontem (segunda-feira) participou dessa rodada de negociações em que houve esse avanço para atender à reivindicação da bancada feminina e o que ouvi foi isto: essas mudanças todas impactam em R\$ 170 bilhões”, disse.

### Entenda a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo relator

19/04/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Nesta terça-feira (18), o relator da reforma da Previdência na Câmara, Arthur Maia (PPS-BA), apresentou um projeto novo, contemplando as negociações feitas com o governo federal no último mês.

A proposta teve mudança na idade mínima prevista para as mulheres, de 65 para 62 anos, e a volta da aposentadoria mais cedo para trabalhadores rurais professores, como a que existe hoje.

A regra para o cálculo do benefício previdenciário também mudou. Se, com a proposta do governo, seria necessário trabalhar 49 anos para receber a aposentadoria integral, agora esse tempo foi reduzido para 40 anos.

As negociações continuam. Na tarde de terça, após o anúncio do projeto substitutivo, um grupo de policiais invadiu o Congresso Nacional, fazendo com que o relator incluísse regras mais favoráveis à categoria.

Veja abaixo os principais pontos de mudança em relação à proposta original da reforma.

#### IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

■ Homens ■ Mulheres

COMO É	É possível se aposentar por duas modalidades: Por tempo de contribuição Por idade	Idade mínima	Tempo mínimo de contribuição
		não há	35
		não há	30
	65		15
	60		15
<b>PROPOSTA ORIGINAL</b>	Não há mais aposentadoria por tempo de contribuição	65	25
		65	25
<b>COMO FICA</b>	Muda apenas idade para as mulheres	65	25
		62	25

## CÁLCULO DO BENEFÍCIO

COMO É	A partir de 15 anos de contribuição, 70% da média salarial, mais 1% para cada ano de trabalho	Anos de contribuição	% da média salarial
		15	70%
		20	75%
		25	80%

PROPOSTA ORIGINAL	51% da média salarial, mais 1% por ano de contribuição	Anos de contribuição	% da média salarial
		25	76%
		29	80%
		34	85%
		39	90%
		44	95%
		49	100%

COMO FICA	70% da média, mais percentagem que aumenta progressivamente	Anos de contribuição	% da média salarial
		25	70%
		30	77,5%
		35	87,5%
		40	100%

## SERVIÇO PÚBLICO

■ Homens ■ Mulheres

COMO É	Precisam atender a dois requisitos para se aposentar	Idade
		Homens: 60 Mulheres: 55
	Tempo mínimo:	Homens: 35 Mulheres: 30

Professores podem se aposentar cinco anos antes dos demais. Policiais não têm idade mínima

PROPOSTA ORIGINAL	Seguiria a regra de todo o setor privado	Idade
		Homens: 65 Mulheres: 65
	Tempo de contribuição	Homens: 25 Mulheres: 25

COMO FICA	Aposentam-se na mesma idade da iniciativa privada	Idade
		Homens: 65 Mulheres: 62
	Tempo de contribuição	Homens: 25 Mulheres: 25

Professores se aposentam antes dos demais. Policiais terão idade mínima de 55 anos

## TRABALHADOR RURAL

■ Homens ■ Mulheres

COMO É	Podem se aposentar 5 anos antes dos demais	Idade
		Homens: 60 Mulheres: 55
	Tempo de atividade	Homens: 15 Mulheres: 15

PROPOSTA ORIGINAL	Seguiria a regra de todo o setor privado	Idade
		Homens: 65 Mulheres: 65
	Tempo de contribuição	Homens: 25 Mulheres: 25

COMO FICA	Podem se aposentar antes dos demais, mas sem a distinção de gênero que existe hoje	Idade
		Homens: 60 Mulheres: 60

## PENSÃO POR MORTE

**COMO É** Não pode ser inferior ao salário mínimo

**PROPOSTA ORIGINAL** Seria desvinculada do salário mínimo

**COMO FICA** Continua vinculada, com limite de dois salários mínimos para quem acumula pensão com aposentadoria

**BPC** (para quem tem renda familiar baixa)

**COMO É** Benefício não pode ser inferior ao salário mínimo, e há idade mínima de 65 anos no caso de idosos

**PROPOSTA ORIGINAL** Aumenta para 70 anos a idade mínima para idosos, e valor é desvinculado do salário mínimo em todos os casos

**COMO FICA** Continuará vinculado ao salário mínimo, e idade mínima de idosos fica em 68 anos

### REGRA DE TRANSIÇÃO

Regra de transição não terá mais uma faixa específica de idade, como previsto antes. Ela vale para quem cumprir **dois requisitos**

- 1 **30% DE PEDÁGIO** sobre o tempo que falta para cumprir a regra atual de 30 anos de contribuição para mulheres e 35 para homens
- 2 **TER A IDADE MÍNIMA** que muda a cada dois anos

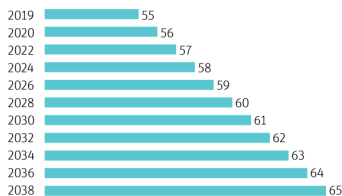
Idade mínima para a aposentadoria ao completar o tempo de contribuição exigido:

#### MULHER

**ANO**  
(a partir de)



#### HOMEM



## Relator da Previdência desiste de idade mínima de 60 anos para policiais

19/04/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Depois de ter anunciado que os policiais teriam uma idade mínima de 60 anos para aposentadoria, o relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), cedeu à pressão da categoria e resolveu alterar as regras.

A ideia é estabelecer uma idade mínima de 55 anos a partir de 2020, mas o relatório pode não prever uma transição até 60 anos, segundo o relator. Hoje, os policiais não têm idade mínima para aposentadoria.

"A idade mínima seria alguma coisa em torno de 55 anos, que é o mesmo que está valendo para as outras categorias [idade inicial da transição]. Não faz nenhum sentido ninguém neste país se aposentar com uma idade de menor de 55 anos", disse.

O relator informou que as categoriais policiais pediram um tratamento semelhante ao que será dado às Forças Armadas. As regras para os militares, contudo, sequer foram enviadas ao Congresso Nacional.

"Os policiais, com uma certa razão, fazem questão de fazer uma vinculação, que é a PEC que vai tratar dos militares. Eles acham que a idade definitiva deve ser algo próximo ao que vai ser colocado na PEC dos militares", afirmou o relator.

Diante das críticas de que poupou os militares, o governo tem dito que a proposta para as Forças Armadas será um projeto de lei e que será enviado após a tramitação da PEC dos civis. Segundo Oliveira Maia, há um compromisso do governo de enviar o texto em maio.

"Fariamos uma vinculação da regra permanente de aposentadoria dos policiais com a dos militares. Afinal de contas, são esforços físicos semelhantes que se necessita para um tipo de atividade e outra", disse.

O relator esclareceu que o texto, que será apresentado à comissão nesta quarta, não estava fechado até a tarde desta terça-feira (18). Ele não informou, por exemplo, se os policiais terão direito à integralidade –ou seja, aposentadoria com o valor que recebiam como salário na ativa.

Questionado sobre o protesto de policiais que invadiram o Congresso Nacional, Oliveira Maia disse que "nada que tem violência é legítimo".

"Não estou tratando com os vândalos que fizeram isso. Estou tratando com os representantes parlamentares que representam os policiais. Não vou culpar toda a categoria dos policiais que defendem nossas famílias de norte a sul do Brasil com quatro ou cinco arruaceiros que fizeram uma depredação no Congresso Nacional", disse.

### **Rodrigo Maia diz que reforma trabalhista deve ser votada na próxima semana**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta terça-feira, 17, ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que a reforma trabalhista deve ser votada no plenário da Casa já na próxima semana.

Nesta terça-feira, 17, Maia tentará aprovar no plenário o regime de urgência para acelerar a tramitação da matéria.

A reforma ainda está na comissão especial. O relator da proposta, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), já leu seu parecer, que pode ser votado ainda nesta semana ou no início da próxima semana no colegiado. Com a urgência aprovada, a matéria poderá ser imediatamente votada no plenário, após ser aprovada na comissão.

### **Mudanças acabaram, diz Meirelles**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois de aceitar novas flexibilizações na proposta de reforma da Previdência, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, avisou nesta terça-feira, 18, em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo** que não há mais "muita margem" para nenhum tipo de mudança no relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA).

O ministro tenta estancar a pressão que continua no Congresso para que novas mudanças sejam atendidas, o que pode colocar em risco boa parte da economia de despesas prevista depois que a reforma for aprovada. É que a redução na idade



mínima das mulheres de 65 anos para 62 anos – um dos itens considerados inegociáveis pelo governo no início do processo – aumentou a percepção de risco de que a proposta original seja desfigurada até a votação final.

Para rebater a repercussão negativa, Meirelles disse que o acordo fechado em torno do parecer de Maia preserva uma reforma com efeitos por um longo período de tempo. “É uma reforma para o longo prazo no País, ficando dentro do patamar estabelecido no relatório.”

Pelos cálculos iniciais, a perda de economia, em relação à proposta original, ficará entre 20% e 30%. “Mais próximo de 20%”, ressaltou o ministro. Ele confirmou que a perda ficará próxima de R\$ 170 bilhões, como informou o relator. Mas argumentou que não se trata de número “preciso”, mas de uma “referência”. A Fazenda prepara uma nota técnica para detalhar o impacto das mudanças.

“Fechado o relatório, há uma posição já consolidada. O momento da mudança é agora”, disse o ministro. Ele está confiante em que as negociações feitas para aprovação da proposta tenham conseguido aplacar as maiores resistências à reforma e vão garantir os votos necessários para a sua aprovação.

Para Meirelles, a redução para 62 anos da idade mínima de aposentadoria das mulheres visou garantir os votos para a aprovação da medida. O acordo, disse, é que a bancada de deputadas da base do governo vote a favor do parecer.

“É importante mencionar que (o acordo) não é abrir mão. Representa uma negociação com o Congresso, que é parte do regime democrático. O Congresso tem a última palavra”, disse. “Tem cerca de 40 deputadas na base, que representam de fato a posição majoritária.”

### **Ainda não**

Os votos da bancada, no entanto, ainda não estão totalmente garantidos. As deputadas ainda querem discutir alterações nas regras para as trabalhadoras rurais. “Se a gente tem dupla jornada, imagina as trabalhadoras rurais”, disse a coordenadora da bancada, deputada Soraya Santos (PMDB-RJ). Pela proposta, as mulheres que trabalham no campo poderão se aposentar com 60 anos (mesma idade de homens na mesma condição).

“Estamos vencendo vários pontos. Temos um movimento, sim, de atendimento, como a questão da desvinculação do salário mínimo do BPC, já foi atendido. Tínhamos a questão das professoras e já foi acolhido. Tudo está caminhando para que tenhamos um compromisso final de votação, mas ainda não tem 100%”, disse Soraya, que vai se reunir na tarde desta quarta-feira, 19, com a bancada para definir os pontos a serem discutidos.

Segundo ela, a diferenciação da idade entre homens e mulheres está em todas as constituições. “Essa diferença foi feita para chamar a atenção de uma dívida que o Brasil tem com ele mesmo.”

## **Meirelles: reunião aumentou confiança na aprovação da reforma da Previdência**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a afirmar em São Paulo nesta terça-feira, 18, que a reunião que teve hoje com cerca de 300 parlamentares em Brasília aumentou a sua confiança em relação à aprovação do projeto de reforma da Previdência. “Isso é importante porque ela é parte crucial do nosso processo de ajuste fiscal no Brasil”, disse o ministro em rápida entrevista que deu aos jornalistas após ter

feito palestra no seminário Macro Vision realizado pelo Itaú Unibanco na capital paulista.

De acordo com Meirelles, o governo espera que o relatório sobre a reforma previdenciária que deverá ser apresentado amanhã, em Brasília, atenda aos requisitos que têm sido colocados.

“Dissemos que as mudanças não poderiam comprometer uma porcentagem muito grande do plano original. Tem que ser algo que fique abaixo de um decréscimo de 30%. Que seja uma reforma superior a 70% daquela que foi colocada pelo projeto anterior”, disse. Para o ministro, pelas expectativas do governo, o que foi colocado pelo governo deverá ser aprovado.

Ainda segundo Meirelles, o efeito mais importante das mudanças que deverão ser feitas no projeto de reforma da Previdência é a alteração da idade mínima de aposentadoria para mulheres de 65 anos para 62 anos.

Por outro lado, afirmou ele, é preciso destacar que a transição para as mulheres começa um pouco mais tarde do que o previsto. “Na proposta original, a transição começava com a idade mínima passando de 50 anos para 65 e agora evolui de 53 anos até 62 anos”, disse.

A mudança da idade mínima é um item importante, mas que está nos cálculos. De qualquer forma, vai haver ganho fiscal, de acordo com o ministro.

Meirelles ainda negou que o governo esteja contemplando aumento de impostos no momento.

### **Reforma não se faz de uma só vez, diz Gustavo Franco**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

Mesmo com as concessões feitas pelo governo em relação à proposta original de reforma da Previdência feita pela equipe econômica, as mudanças “consensuais” que deverão permanecer no relatório da comissão que analisa o tema na Câmara dos Deputados já serão um “grande progresso”, disse o economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central (BC).

O parecer do deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da comissão especial da Câmara que analisa a reforma, deverá ser lido nesta quarta-feira, 19, no colegiado. Uma das principais mudanças é que a idade mínima para as mulheres se aposentarem será 62 anos, e não os mesmos 65 dos homens.

“O que já parece ser consensual e está no relatório já seria um grande progresso. Agora, será tanto melhor quanto menores forem as concessões, mas paciência, é do jogo”, disse Franco, após participar de seminário em homenagem a ao centenário de nascimento do economista Roberto Campos, no Rio.

Franco ponderou, por outro lado, que a agenda de reformas deveria ser permanente. Por isso, a proposta atual não resolverá todos os problemas e a questão previdenciária exigirá mudanças no futuro. “Minha postura sobre reformas, com a experiência que eu tive, é que é uma pauta permanente”, disse.

Para Franco, prevalece no Brasil uma ideia, equivocada, de que as reformas podem ser feitas de uma vez e nunca mais. “Não é assim. Uma economia que aspira possuir um dinamismo de atleta olímpico tem de treinar permanentemente.”

Mesmo diante das incertezas políticas com a revelação das deleções premiadas de executivos da Odebrecht, Franco vê o ambiente favorável às reformas. “Não estou

vendo nada disso paralisar a dinâmica do parlamento brasileiro. Essas revelações últimas foram especialmente chocantes, mas a vida continua", disse.

## **Transição**

Em sua palestra no seminário, Franco destacou que um desafio das reformas institucionais é continuar a vigorar na passagem de um governo para outro. O economista deu como exemplo o Plano Real, do qual foi um dos formuladores. Segundo Franco, as reformas do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso tiveram continuidade em seu segundo mandato e muita coisa foi mantida no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A receptividade às propostas do Real não foi acidental, disse. Ideias já defendidas antes por Roberto Campos contribuíram para seu sucesso. Campos, que completaria 100 anos na última segunda-feira, foi um dos maiores defensores do liberalismo no País. Para Franco, o economista, que foi ministro, diplomata, senador e deputado federal, e colunista do Estado de 1988 a 1995, certamente apoiaria as reformas propostas pela equipe econômica comandada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

## **Reforma da Previdência pode mudar no Senado, diz presidente da Casa**

19/04/2017 – Fonte: Bem Paraná

Após participar de uma série de reuniões para buscar acordo no texto da reforma da Previdência, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), admitiu nesta terça-feira (18) que os senadores poderão alterar pontos da proposta. "Cheguei a dizer para a Câmara que os deputados poderiam votar essa matéria, porque o Senado já tinha entendimento de que obviamente vai fazer alguns ajustes, não ajustes radicais, mas ia fazer alguns.

Que a Câmara poderia votar essa matéria com tranquilidade que o Senado não iria fazer nenhuma bravata de rejeição dessa matéria", afirmou o peemedebista. A declaração de Eunício ocorre em meio à insatisfação de senadores da base aliada com pontos do documento apresentado nesta terça-feira (18) pelo deputado federal Arthur Maia (PPS-BA), relator da proposta na Câmara.

Em reunião com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto, eles reivindicaram que o relator equipare em 60 anos a idade mínima entre os trabalhadores do campo que contribuem e os que não contribuem com a Previdência Social. Pelas novas regras, os que não contribuem e têm baixa renda se aposentariam pelas regras do BPC (Benefício de Prestação Continuada), aos 68 anos.

Eles também defenderam uma maior diferenciação na idade mínima para a aposentadoria de mulheres que trabalham no campo e que trabalham na cidade. Pelas mudanças apresentadas, as da cidade se aposentariam aos 62 anos e as do campo, aos 60 anos. Em resposta, o relator disse que irá analisar os dois pleitos com a equipe econômica para avaliar alterações no texto final, que será apresentado na comissão especial nesta quarta-feira (19).

O Palácio do Planalto receia que ocorram mudanças no Senado que obriguem o texto a retornar para a Câmara, o que poderia pressionar o governo a fazer ainda mais flexibilizações para aprovar a iniciativa. O texto da reforma só seguirá para o Senado caso os deputados avalizarem a proposta. Irá direto para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida por Edison Lobão (PMDB-MA).

RENAN Na tentativa de blindar a proposta do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), o presidente quer emplacar na relatoria da iniciativa um nome de confiança do Palácio do Planalto. A ideia é que o relator seja alguém próximo ao presidente Michel Temer e que, ao mesmo tempo, tenha influência na bancada

peemedebista, impedindo que Renan conquiste mais apoios no partido contra a iniciativa. O nome de preferência do Planalto, o mais lembrado por assessores e auxiliares presidenciais, é o da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que tem participado desde o início do debate técnico da reforma previdenciária.

Em movimento oposto, Renan tem tentado emplacar o senador Roberto Requião (PMDB-PR), crítico à proposta, para a relatoria. Pelos cálculos feitos pelo Palácio do Planalto, só na bancada peemedebista, Renan já tem influência sobre quatro senadores: Roberto Requião (PR), Katia Abreu (TO), Hélio José (DF) e Eduardo Braga (AM). É prerrogativa de quem preside qualquer dos colegiados do Senado a escolha do relator das propostas.

Nesse caso, Lobão poderia escolher entre qualquer um dos 27 titulares da comissão Lobão é um dos senadores do que se conhece como "grupo Sarney", que sofre forte influência do ex-presidente do Senado José Sarney (PMDB-AC). O também ex-presidente da Casa Renan Calheiros (PMDB-AL) é também bastante próximo a esse grupo.

### **Maia: reforma da Previdência começará a ser votada a partir de 8 de maio**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta terça-feira, 18, que a reforma da Previdência começará a ser votada no plenário da Casa a partir de 8 de maio. Por se tratar de uma emenda constitucional, a proposta precisa ser votada em dois turnos e, para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos favoráveis, o equivalente a 3/5 dos 513 deputados.

O parecer do relator, deputado Arthur de Oliveira Maia (PPS-BA), sobre a reforma deve ser lido nesta quarta-feira, 19, na comissão especial que analisa a matéria. Em seguida, serão concedidos prazos de vistas de duas sessões para deputados analisarem o texto, o que deve jogar a votação no colegiado para a semana entre 24 e 28 de abril. "No plenário, devemos votar a partir de 8 de maio", disse Rodrigo Maia, em rápida entrevista ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, ao chegar a Câmara.

O deputado do DEM evitou comentar sobre o protesto de policiais contra a reforma da Previdência, que gerou confusão e quebradeira na Câmara. Mais cedo, um grupo de manifestantes quebrou vidraças da chapelaria, uma das principais entradas da Casa. Policiais legislativos, então, reagiram com bombas de gás lacrimogênio e gás de pimenta. "Não afeta a reforma da Previdência", limitou-se a comentar Rodrigo Maia.

### **Frente de juízes e Ministério Público divulgam nota contra parecer de Maia**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

A frente de entidades de representantes de juízes e do Ministério Público (Frentas) divulgou nota oficial de protesto ao relatório do deputado Arthur Maia (PPS-BA) da reforma da Previdência. Composta por nove entidades que congregam mais de 40 mil juízes e membros do Ministério Público em todo o País, a Frentas diz que é inconstitucional a proposta de regra de transição para aposentadoria de servidores públicos que entraram no serviço público antes de 2003. Na nota, os magistrados e procuradores afirmam que a mudança não pode ser aprovada pelo Congresso Nacional porque não se sustenta no direito.

As entidades pedem que o relator altere o parecer. "E, para além da injustiça profunda mantida contra os servidores públicos, não se sustentará perante o Poder Judiciário, fique alerta o País disso", diz a nota.

Para a Frentas, não se trata de uma proposta digna do cuidado com que o relator estudou esta matéria. Eles reclamam que, enquanto todas as outras categorias de trabalhadores, públicos e privados, teriam uma transição para a nova idade mínima de até 20 anos, aos servidores caberia o ônus de uma transição “abrupta, irracional e injustificável”.

“Causam estranheza e espanto as notícias veiculadas hoje no sentido de que aos servidores públicos ingressos antes de 2003 – que formam a maioria do funcionalismo que sustenta a União, os Estados e os Municípios, prestando serviços à população – seria imposta, sem qualquer regra de transição, a idade mínima de 65 anos para que se aposentem com as condições que lhe são garantidas pela Constituição”, diz a nota. As entidades alegam que a mudança não é constitucional, pela “falta de proporcionalidade e desrespeito completo às regras vigentes”.

“Há uma regra de transição em curso para os funcionários públicos que estavam no sistema antes de 2003. Uma regra, aliás, dura e restritiva, que alterou em muito os parâmetros para manutenção da sistemática de aposentadoria vigente antes da reforma de 2003”, explica a Frentas.

A Frentas é composta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Associação dos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), e Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis-DF).

### **Moreira Franco reúne publicitários e relator da Previdência**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, que é o responsável pela comunicação do governo federal, teve uma reunião no fim da tarde desta terça-feira, 18, com o relator da reforma da Previdência, Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). A reunião contou com a participação de um grupo de publicitários e teve como objetivo, segundo fontes, alinhar o discurso do governo agora que o relatório de Maia já está praticamente pronto.

Uma das fontes que participaram do encontro afirmou que as mudanças feitas no texto e as medidas que serão oficializadas nesta quarta-feira, 19, com a leitura do relatório precisam ter uma comunicação “clara e eficiente”. Segundo essa fonte, Oliveira Maia agora com a apresentação do relatório é e deve ser naturalmente “o porta-voz” sobre o tema.

Outra medida que deve ser tomada pelo grupo de comunicação nos próximos dias é a criação de uma cartilha com as mudanças da reforma e com argumentos para ajudar os deputados a criar discurso para seu eleitorado. A ideia é a cartilha dar munição – alinhada com o discurso federal – para que os parlamentares possam justificar seus votos a favor da reforma.

Maia já havia participado de outras reuniões com o grupo de comunicação. O principal objetivo de alinhar o discurso é evitar que membros do governo passem mensagens equivocadas para a sociedade em relação à reforma. A avaliação é que, além de ser um tema sensível, caso haja muitos interlocutores poderá haver ruídos ainda maiores na comunicação.

Hoje, após duas reuniões com o presidente Michel Temer, uma com deputados e outra com senadores, Oliveira Maia foi escalado sozinho para explicar aos jornalistas as

mudanças que foram feitas no texto e que constarão no relatório a ser lido amanhã. Na avaliação dos publicitários, o relator “falou muito bem”.

## **Peças**

Além desses encontros de alinhamento, o governo também está investindo em novas peças publicitárias para defender a reforma da Previdência. Em uma das campanhas, que serão veiculadas a partir desta terça-feira nas redes sociais e também na televisão, a reforma da Previdência é apresentada como “uma novidade”. Num primeiro vídeo, a resistência às mudanças na aposentadoria é comparada a outras medidas, como o uso obrigatório do cinto de segurança, vacinas e a privatização da telefonia.

“Tudo que é novo assusta, quando surgiu a vacinação teve até revolta. Hoje não dá para viver sem. Foi assim com o cinto de segurança obrigatório. E quantas vidas ele já salvou?”, diz o locutor de uma das peças. “Na hora de privatizar a telefonia muitos foram contra. Hoje todo brasileiro tem celular”, completa.

## **Policiais que protestam contra reforma tentam invadir Salão Negro do Congresso**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois do quebra-quebra na chapelaria do Congresso, os policiais civis que protestam contra a reforma da Previdência deram a volta no espelho d’água e subiram a rampa do Congresso para tentar invadir o Salão Negro.

A tropa de choque da Polícia Legislativa conseguiu conter o grupo fora do prédio, evitando maiores danos ao patrimônio público. Um pouco antes, o grupo tentou acessar o prédio da Câmara pela chapelaria – um dos principais acessos ao Congresso – e foi impedido de entrar, o que provocou a quebra de vidros do local.

Os manifestantes são de sindicatos da polícia civil, pelo menos, de cinco Estados: Minas Gerais, Ceará, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina.

Há muita discussão no momento, com a chegada de cada vez mais policiais que protestam e a Polícia Legislativa acaba de retirar, com truculência, a imprensa do Salão Negro.

Manifestantes começam a se espalhar na plataforma externa do Salão Negro e foram espalhadas cruces no gramado em frente ao Congresso.

## **Abrace comemora retirada de parcela da indenização a transmissoras da tarifa**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os grandes consumidores de energia comemoraram a retirada da parcela referente à remuneração sobre as indenizações das transmissoras das tarifas. A decisão foi tomada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em atendimento a uma liminar obtida na Justiça Federal por três associações de consumidores industriais.

“A Aneel foi ágil em responder à nossa demanda”, afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Alves de Santana. “A agência não tinha obrigação de estender o benefício a todos os consumidores, mas acho correto que o tenha feito.”

Santana ressaltou, no entanto, que a retirada dos R\$ 9 bilhões corresponde a apenas um quarto do total que a Abrace considera indevido, de R\$ 35 bilhões. Ele disse que

a Abrace vai entrar com agravo para que a decisão contemple esse valor, e não somente os R\$ 9 bilhões.

Mais cedo, a Aneel decidiu que as tarifas de energia não vão incluir a parcela referente à remuneração sobre as indenizações das transmissoras, uma conta da ordem de R\$ 9 bilhões. A decisão foi tomada pelo órgão regulador após uma decisão judicial favorável a associações de indústrias que questionavam o pagamento.

De acordo com o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, esse componente já foi excluído dos reajustes tarifários autorizados nesta terça-feira, 18, pelo órgão regulador, caso da Cosern, Coelce e Coelba. Para as outras empresas que já passaram por reajuste neste ano, as tarifas serão retificadas e terão valores menores, como as do grupo CPFL, Energisa Mato Grosso e Energia Mato Grosso do Sul.

A ação judicial ingressada pelas entidades questionava o pagamento das indenizações para as transmissoras de energia que aceitaram renovar antecipadamente suas concessões em 2012.

A conta somava R\$ 62 bilhões, dos quais R\$ 27 bilhões correspondem ao pagamento de indenizações devidas de julho de 2017 até o fim da vida útil de cada ativo, nos próximos oito anos.

A maior parte, R\$ 35 bilhões, se referia ao que as empresas deixaram de receber entre 2013 e 2017, incluindo principal, atualização e remuneração.

Ao questionar o pagamento total, as entidades conseguiram uma vitória parcial. Não conseguiram se livrar de toda a conta, mas a liminar dada pela Justiça proibiu o pagamento da remuneração incidente sobre a parcela devida entre 2013 e 2017, que correspondia a R\$ 9 bilhões.

Como não é possível calcular uma tarifa personalizada para cada associado das entidades, a Aneel decidiu retirar esse componente da tarifa de todos os consumidores do País, inclusive os residenciais.

A ação foi ingressada pela Abrace, Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro) e Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico (Abrafe).

### **Hidrelétricas serão compensadas quando ONS determinar geração menor**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

As usinas hidrelétricas serão compensadas pela energia que deixarem de produzir para preservar a água dos reservatórios por ordem do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Essa compensação será paga pelo consumidor, por meio das tarifas de energia, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O caso é conhecido como deslocamento hidráulico, e acontece quando o ONS manda as hidrelétricas produzirem menos energia do que poderiam para poupar água nos reservatórios. Normalmente, essa decisão é adotada para que seja possível reter água nos reservatórios e atravessar períodos de seca.

Quando isso acontece, o ONS importa energia ou aciona usinas termelétricas, o que eleva o preço da eletricidade no mercado de curto prazo (PLD). Se as hidrelétricas geram menos energia do que o estabelecido em contrato, elas ficam expostas e são obrigadas a comprar o restante no mercado à vista para entregar aos consumidores.

De acordo com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, a compensação será paga apenas para a exposição causada pelo deslocamento hidráulico, via Encargos de Serviço do Sistema (ESS), um dos itens da conta de luz.

A compensação será calculada da seguinte forma: para cada megawatt-hora (MWh) não gerado por deslocamento hidráulico, as empresas receberão a diferença entre o PLD no momento em que a energia deixou de ser produzida e o PLDx. O PLDx é o preço definido pela Aneel para casos de deslocamento hidráulico, e valerá R\$ 108,07 neste ano.

A decisão valerá a partir da publicação da regulamentação no Diário Oficial da União. Ela não terá efeito retroativo, como queriam os geradores, que tiveram gastos bilionários desde 2015, parte em razão do deslocamento hidráulico.

### **Com produção menor, preço do etanol fica fortalecido neste ano**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

Pierre Duarte - 29.out.15/Folhapress



Caminhão-tanque carregado com álcool deixa usina em Sertãozinho (SP)

Se a safra de cana-de-açúcar que se encerrou foi de preços médios do etanol hidratado mais elevados para os consumidores, a que entra não deverá ser diferente.

Na avaliação da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a produção de etanol hidratado —o que vai diretamente ao tanque do carro, sem mistura com gasolina)— deverá recuar 10% na safra que se iniciou neste mês.

A produção total de etanol, após o recorde de 2015/16, apresenta a segunda queda seguida. Nas contas da Conab, a safra renderá 26,5 bilhões de litros, 4,9% menos do que na anterior.

Já a produção de álcool anidro, o que vai misturado à gasolina, deverá aumentar para 11,4 bilhões de litros, 2,4% mais. Esse aumento ocorre porque o consumo de gasolina, com preços mais vantajosos para os consumidores, deverá crescer.

### **Moagem**

A Conab estima uma redução da moagem de cana-de-açúcar para 648 milhões de toneladas nesta safra, 1,5% menos do que na anterior. A queda se deve a uma diminuição da área cultivada para 8,84 milhões de hectares.

Esse recuo ocorre devido a empresas em recuperação judicial, à baixa competitividade do etanol, ao clima adverso na safra anterior e à devolução de terras arrendadas.

São Paulo, o líder em área de cana, terá um recuo de 4,5% no plantio, que é de 4,6 milhões de hectares.

A produtividade média do setor cresce para 73,3 toneladas de cana por hectare no Brasil. Essa evolução se deve à recuperação de áreas de produção e à estimativa de um clima melhor.



O setor volta a ter os olhos fixados mais no açúcar do que no etanol. Mesmo com a redução de área, a produção de açúcar se manterá em 38,7 milhões de toneladas no país.

Investimentos maiores em projetos ligados à melhoria da produtividade e maximização na produção levam os produtores para o açúcar, segundo os técnicos da Conab.

### **São Paulo**

A região Sudeste deverá moer 422 milhões de toneladas, 3,2% menos do que na safra anterior. Em São Paulo, líder nacional, a moagem recua para 352 milhões de toneladas, 18 milhões a menos do que em 2016/17.

Essa queda na moagem se deve a área e produtividade menores. São Paulo colherá 77,3 toneladas por hectare, ante 77,5 na anterior.

### **Meirelles diz que País entrará em 2018 crescendo a um ritmo superior a 3%**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles disse nesta terça-feira, 18, que não chegou a avaliar as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) em relação ao crescimento da economia brasileira.

Mas disse que os números estão melhorando. “Não chegamos ainda a fazer uma avaliação dos números do FMI, mas as nossas projeções preveem o último trimestre de 2017 sobre o último trimestre de 2016 em cerca de 2,7% e nós vamos entrar o ano de 2018 crescendo a um ritmo superior a 3%”, disse.

Meirelles veio a São Paulo onde participou de seminário do Banco Itaú e ainda na terça embarca para Washington (EUA) para participar de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com investidores estrangeiros do setor privado.

Perguntado sobre o que dirá no exterior caso seja indagado sobre os últimos acontecimentos políticos no Brasil, com nomes de importantes políticos presentes na lista do relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, Meirelles disse que sua mensagem será a de que a despeito dos pedidos de inquéritos contra autoridades políticas, o Brasil está funcionando.

“Minha mensagem é simples. É a de que o País continua a trabalhar. Independente de inquéritos contra congressistas, autoridades e outras pessoas, as pessoas continuam em seus cargos e trabalhando”, disse o ministro da Fazenda. Ele acrescentou que não há interrupção ou prejuízo ao ritmo de trabalho.

“Temos um exemplo de hoje em que quase 300 parlamentares estiveram presentes no Palácio da Alvorada para discutir a reforma da Previdência, a apresentação do relatório no cronograma”, disse, acrescentando que tem mostrado no exterior que as instituições no Brasil funcionam.

### **Brasil tem oportunidade única de reduzir meta da inflação para 4%, diz Setubal**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil tem uma oportunidade única de reduzir a sua meta de inflação, de 4,5% para 4%, de acordo com o presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setubal. Para o executivo, porém, um patamar ideal para o País deveria ser entre 3% e 2,5%, o que, caso alcançado, contribuiria também para a redução dos juros.

“O Plano Real endereçou muitos problemas no Brasil, mas ainda tem coisas para serem resolvidas. O nível de juro e de inflação é elevado. Esperamos uma inflação em patamares mais baixos. O Brasil tem oportunidade única de reduzir sua meta de inflação, de 4,5% para 4%”, afirmou Setubal, em evento do Itaú Unibanco, na manhã desta terça-feira.

O presidente do banco disse ainda que a aprovação da PEC que limitou os gastos públicos cria, pela primeira vez, uma perspectiva de política fiscal mais “estável e consistente”. “Nunca tivemos isso. A política fiscal variava muito de acordo com o calendário eleitoral, de quem estava na presidência e a própria instabilidade da política fiscal ajudou a criar instabilidades que temos hoje no nosso crescimento”, comentou.

### **Meirelles diz que meta de inflação será definida em junho pelo CMN**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, evitou fazer nesta terça-feira, 18, comentários sobre a possibilidade de redução da meta de inflação, hoje fixada em 4,5% ao ano.

Questionado durante seminário do Itaú Unibanco sobre se o ambiente seria propício para revisar a meta para baixo, já que a inflação caminha para fechar o ano abaixo de 4,5%, Meirelles respondeu que essa é uma decisão a ser apreciada em junho pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

“Essa é uma decisão que vamos tomar em junho. Para isso, existe um cronograma de tomadas de decisões do conselho monetário. Então, em junho vamos analisar esses fatores”, disse Meirelles.

O ministro aproveitou o evento para destacar melhoras no ambiente macroeconômico, como a queda “substancial” nas despesas com juros da dívida a patamares de 2007 e 2008, bem como repetiu a visão de que o Produto Interno Bruto (PIB) volta a crescer no primeiro trimestre, chegando ao quarto trimestre do ano com alta de 2,7% na comparação com igual período de 2016.

Antes disso, voltou a atribuir a demora na recuperação ao endividamento das empresas e das famílias, mas considerou que o processo de desalavancagem já está avançado, o que abre espaço agora à retomada.

### **Boa Vista SCPC: comércio cresce 2,5% em março ante fevereiro**

19/04/2017 – Fonte: Tribuna PR

O movimento do comércio brasileiro cresceu 2,5% em março ante fevereiro, em cálculo com ajuste sazonal, mas caiu 2,9% em relação a março do ano passado, mostra indicador da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), elaborado a partir da quantidade de consultas a sua base de dados, por empresas do setor varejista.

No acumulado em 12 meses, o movimento tem queda de 3,5%. A Boa Vista SCPC, no entanto, ressalta que desde novembro de 2016 o desempenho acumulado em 12 meses tem gradualmente se recuperado.

“Com a perspectiva de melhoria do cenário econômico, como a diminuição de preços e juros, o aumento do consumo das famílias e dos investimentos, mantém-se a expectativa de que o varejo atinja um patamar positivo até o término do 1º semestre de 2017”, afirma a instituição em nota.

## Iveco se une à Caio e lança micro-ônibus acessível

19/04/2017 – Fonte: Automotive Business



A Iveco Bus lança mais uma opção de transporte de passageiros focada em acessibilidade, o novo micro-ônibus SoulClass, baseado no chassi 70C17 e desenvolvido em parceria com a Caio, responsável pela carroceria F2200i. O modelo vem equipado com o dispositivo de poltrona móvel (DPM) da marca Elevittá, que posiciona o assento preferencial para fora do veículo, facilitando o embarque e desembarque dos passageiros com mobilidade reduzida.

É o mesmo dispositivo que equipa a Daily Elevittá, lançada em agosto do ano passado e que soma 50 unidades desde dezembro, quando começaram à rede começaram suas vendas.

O modelo, fabricado na unidade de Sete Lagoas (MG), é oferecido em duas opções, escolar e executiva, sendo esta última com capacidade para 24 passageiros. Traz o motor FPT Industrial F1C EGR, de 3 litros, injeção eletrônica tipo common-rail, 4 cilindros em linha e 16 válvulas que entrega 170 cv de potência e com tecnologia EGR, que não necessita do uso de Arla 32.

O veículo se enquadra nas novas regras da Portaria 269 do Inmetro que entrará em vigor em julho próximo e exige dos novos ônibus do segmento rodoviário equipamentos para embarque e desembarque de pessoas com mobilidade reduzida. Até 2020, todo tipo de veículo de transporte de passageiros terá de ser acessível, lembra o gerente de marketing de produto da Iveco Bus para a América Latina, Gustavo Serizawa.

“Resolvemos não esperar que seja lei para dar ao cliente mais esta solução”, afirma o executivo durante a apresentação do veículo na terça-feira, 18, em São Paulo. Ele admite que há empresários que não investem neste tipo de diferencial se não é obrigatório, mas ele garante que há quem se adiante à legislação. Além disso, a pesquisa de mercado realizada pela montadora revela o potencial deste nicho, que deve atender cerca de 40 milhões de pessoas no País com alguma limitação de mobilidade.

Serizawa identifica que há oportunidades de negócio em pequenos frotistas ou motoristas de van escolar cujo negócio amadurece e que naturalmente parte para o micro-ônibus como primeira opção.

“Para este cliente, acostumado com uma van que tem mais características semelhantes a um automóvel, seria traumático para ele migrar diretamente para o ônibus tradicional”, comenta. “Também há o movimento contrário, de frotistas maiores que precisam reduzir o número de passageiros por causa da baixa demanda e migra para um veículo menor”, completa.

Para o diretor de negócios da Iveco Bus na América Latina, Humberto Spinetti, há uma expectativa positiva para o micro-ônibus acessível. “No Brasil, existe uma forte influência de compras governamentais, impulsionado pelo Caminho da Escola, além de nichos específicos, não só no mercado brasileiro, mas também na América Latina, com uma diversidade de aplicações e operações que podem ser contempladas com o

SoulClass.”

O mercado de micro-ônibus encerrou 2016 com 1,2 mil unidades, tendo a Iveco Bus liderado com 48% de participação neste segmento. A empresa calcula que cerca de 8 mil unidades do micro-ônibus com chassi 70C17 estejam circulando pelo País atualmente e que metade atende ao Caminho da Escola.

Com a sinalização de um novo lote para licitação do programa, a empresa vê indícios de que este será um ano melhor para o segmento de ônibus no geral. “A economia volta a dar sinais de melhora, com a prévia do PIB positivo. Esperamos que seja uma tendência e não um momento pontual, mas no geral, estamos otimistas”, declara Spinetti.

Embora tenha uma fatia importante do mercado de micros, ele reforça que a montadora está mais preocupada em entregar o que os clientes demandam. “As expectativas são sempre boas porque confiamos no diferencial do nosso produto. Mas não estamos preocupados com o market-share, mas com a saúde financeira e operacional dos clientes”, defende.

Apesar disso, a empresa ainda está em processo de cálculos comerciais com a rede de concessionárias a fim de definir os preços das duas versões do SoulClass.



### **Pósitron lança alarme para carro com Bluetooth**

19/04/2017 – Fonte: Automotive Busines



A PST, empresa que detém a marca Pósitron, lançou uma nova família de alarmes para carro, a Cyber 360. O modelo mais completo, PX 360 BT, é o primeiro Pósitron com a tecnologia Bluetooth, que permite o acionamento do próprio alarme e de outras funções do carro (vidros, travas e porta-malas, por exemplo) por aplicativo para smartphones ou por smartwatches Samsung.

O PX 360 BT é compatível com sistemas iOS e Android e tem preço sugerido de R\$ 380 no Estado de São Paulo. Também vem com o próprio controle remoto. A PST não revela detalhes, mas certamente já negocia com as fabricantes de automóveis o fornecimento do novo alarme com Bluetooth: “As montadoras estão sempre buscando tecnologias”, recorda o gerente de vendas, Alexandre Jordão.

Entre as funções possíveis pelo celular há abertura e fechamento das portas, habilitação ou desabilitação do sinal sonoro e disparo intencional da sirene, como forma de afastar estranhos rondando o carro, por exemplo. Também é possível habilitar a abertura remota do porta-malas ou dos vidros em carros com acionamento elétrico desses componentes.

Pelo smartphone dá para ver ainda um relatório da causa do último disparo, como tentativas de abertura de uma porta ou capô, por exemplo.

Entre os itens configuráveis pelo celular há a escolha de seis sons diferentes do alarme e destravamento das portas quando a ignição é desligada. smartwatch Samsung “O aplicativo para smartphone facilita a utilização de várias funções que já eram disponíveis em alarmes, mas que muitas vezes deixavam de ser utilizadas porque dependiam exclusivamente do uso combinado dos botões do controle remoto”, recorda o diretor de engenharia da Pósitron, Fábio Favari.

Ele informa também que a empresa investiu em módulos mais resistentes a interferências eletromagnéticas e em uma nova tecnologia de injeção de plástico em que três tipos de material são utilizados ao mesmo tempo. E como o novo processo dispensa a impressão serigráfica (que acabava descascando com o uso), o resultado são controles mais resistentes e que mantêm o aspecto de novo por mais tempo. Segundo a PST, a durabilidade das baterias aumentou em até seis vezes.

“Os componentes são validados por normas requeridas por montadoras”, diz Favari. A empresa se tornou fornecedora em 2009 e atualmente vende seus alarmes e equipamentos de áudio e centrais multimídia para Citroën, Fiat, Ford, General Motors, Honda, Hyundai, Mercedes-Benz, Mitsubishi, Nissan, Peugeot, Renault, Toyota e Volkswagen. “Em nossa receita há hoje um grande equilíbrio entre aftermarket e OEM”, afirma Jordão.

Os novos Cyber 360 chegam às lojas em maio e substituem a linha 330. O mais em conta, Exact 360, sai por R\$ 230. Depois vem o FX 360, de R\$ 280. O quarto produto, Keyless 360, também de R\$ 280, é próprio para carros que já vêm com controle remoto para abertura e fechamento das portas.

## **PST TEM QUASE 30 ANOS**

A PST surgiu em Campinas em 1988. A sede da empresa continua no interior de São Paulo, mas toda a produção ocorre hoje em Manaus (AM). Tem alarmes para carros, motos e caminhões. Também faz rastreamento de veículos.

“Os alarmes para carro trazem mais receita porque o volume é maior e porque esse mercado é mais maduro. As lojas de peças e acessórios para moto têm em regra uma estrutura menor e muitas vezes não há mão de obra para instalar”, diz Jordão.

A PST reúne componentes nacionais e importados em seus produtos: “Eles são desenvolvidos e fabricados no Brasil. Em nossas placas (circuitos integrados) usamos componentes asiáticos, europeus e americanos, mas injetamos nossos plásticos e usamos chicotes, conectores e componentes externos fabricados no Brasil”, garante o executivo.

“Quando entramos no mercado de áudio automotivo (em 2009) importávamos o produto acabado. Hoje trazemos a placa interna, mas a montagem, os testes e o desenvolvimento ocorrem no Brasil”, conclui.

## **Carro autônomo: consumidores estão mais receosos**

19/04/2017 – Fonte: Automotive Business

A expectativa dos consumidores acerca dos carros autônomos enfrenta um paradoxo: quanto mais a tecnologia está perto de chegar ao mercado, menor é a disposição para confiar a condução do carro a um sistema robotizado.

Esta é uma das conclusões do U.S. Tech Choice Study, feito pela J.D. Power entre janeiro e fevereiro deste ano com 8,5 mil norte-americanos que compraram carro novo

de diversas marcas nos últimos cinco anos. O foco da pesquisa é entender o interesse dos consumidores por diversas tecnologias.

Segundo a consultoria, a maioria dos entrevistados se mostrou mais receosa sobre a condução autônoma do que na edição passada do levantamento. Entre a Geração Z, que engloba pessoas nascidas entre 1995 e 2004, 22% disseram que definitivamente não confiariam em um carro autoguiado – 11 pontos percentuais a mais do que no estudo anterior. Parcela de 23% disse que provavelmente não confiariam na tecnologia. Entre os Baby Boomers, geração que vai de 1946 a 1964, chega a 81% o número de entrevistados com receio de usar veículos autônomos. Em 2016 este percentual era de 77%.

“Na maioria das vezes, quando a tecnologia chega mais perto de virar realidade a aceitação e curiosidade do consumidor aumenta. Neste caso acontece justamente o contrário”, apontou em comunicado Kristin Kolodge, diretor executivo da J.D. Power. Segundo ele, o sistema é complexo demais, o que faz com que as pessoas precisem se familiarizar. A expectativa é que a condução totalmente automatizada comece a chegar ao mercado a partir de 2020. Até lá as montadoras deverão investir não só em tecnologia, mas em marketing e na divulgação da novidade, aponta a consultoria.

Kolodge cita o exemplo da Tesla. A montadora já oferece sistema semiautônomo em seus veículos e, portanto, tem clientes que se mostraram bem mais dispostos na pesquisa a usar carros totalmente autoguiados do que as pessoas que possuem modelos de outras marcas.

Outra ironia do levantamento é que, enquanto a confiança em autônomos diminuiu, o interesse em recursos de assistência à direção e prevenção de acidentes cresceu. “Quando sistemas como controle de velocidade de cruzeiro (ACC), frenagem automática e alerta de ponto-cego se tornarem mais conhecidos, os compradores de carros ganharão confiança para tirar as mãos do volante”, avalia.

Segundo a J.D. Power, os recursos mais desejados pela maior parte dos consumidores que participaram da pesquisa estão relacionados à segurança. A exceção é a Geração Z, que prioriza conectividade e infoentretenimento.

### **Ramboll foi contratada pelo Ministério Público Federal do Brasil para supervisionar remediação dos prejuízos à Bacia do Rio Doce**

19/04/2017 – Fonte: CIMM

Em uma cerimônia oficial de assinatura em 8 de março, a Ramboll Environ, líder em engenharia, design e consultoria, firmou um contrato de longo prazo com o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) com o objetivo de remediar as consequências do pior desastre socioambiental já ocorrido no País.

A Ramboll irá avaliar e monitorar o trabalho da Fundação Renova na remediação dos danos sem precedentes causada pela ruptura da barragem da mina de minério de ferro da Samarco, em Mariana, Minas Gerais, em novembro 2015. O desastre matou 19 pessoas e causou danos ambientais, sociais e econômicos graves para a Bacia do Rio Doce. As perdas se estenderam aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Ministério Público Federal envolveu a Ramboll para garantir que a remediação, que inclui 41 programas (18 socioambientais e 23 sócioeconômico) estão sendo implementados como proposto pela Fundação Renova e que os resultados sociais, econômicos e ambientais prometidos serão realizados.

O MPF conta também com a ampla experiência da empresa para avaliar os programas aprovados e propor qualquer correção adicional, restauração ou atividade de reconstrução, que considerar necessária para restaurar completamente a Bacia do Rio

Doce, no mais curto espaço de tempo possível. A Ramboll fará também o monitoramento e relatará o progresso ao longo de todo o ciclo de vida do projeto.

Ramboll terá mais de 30 profissionais dedicados ao projeto. Além de sete especialistas internacionais em grande reparação de desastres, a equipe é composta por profissionais com conhecimentos e experiência em ecologia, geologia, biologia, engenharia ambiental e civil, gestão de riscos, serviços ecológicos e avaliação socioambiental.

"Nós temos todas as disciplinas relevantes em casa e estamos em uma posição única para conduzir uma análise crítica e pormenorizada das ações propostas para determinar não apenas se os resultados prometidos podem ser alcançados, mas também se atenderá as expectativas dos reguladores, comunidades afetadas e o povo brasileiro", explica Eugenio Singer, diretor gerente de Meio Ambiente e Saúde da Ramboll no Brasil. Singer enfatiza ainda a importância deste tipo de monitoramento para assegurar que as ações corretivas são apropriadas e serão implementadas corretamente.

Neste projeto, o Ministério Público Federal será apoiado na coordenação pelos Ministérios Público do Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo. Simultaneamente ao trabalho da Ramboll, o Instituto LACTEC se empenhará na avaliação da gravidade dos danos ambientais e o MPF pretende contratar outra empresa para avaliar os impactos socioeconômicos sobre municípios afetados.